

# Caderno

# MP CE

## (GRÁTIS!)



Pensar  
Concursos®



# 300

# Questões

---

# Sumário

---

<b>PORTUGÊS .....</b>	<b>3</b>
<b>ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO .....</b>	<b>13</b>
<b>DIREITO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>21</b>
<b>DIREITO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>30</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>DIREITO CIVIL .....</b>	<b>48</b>
<b>DIREITO PROCESSUAL CIVIL .....</b>	<b>55</b>
<b>DIREITO PENAL .....</b>	<b>62</b>
<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL .....</b>	<b>70</b>
<b>GABARITO .....</b>	<b>78</b>

## PORTUGÊS

## LÍNGUA PORTUGUESA

## Texto CB3A1-I

1 O maior desafio do Poder Judiciário no Brasil é  
2 tornar-se cada vez mais acessível às pessoas, até mesmo  
3 a quem não pode arcar com o custo financeiro de um processo.

4 De um modo amplo, o acesso à justiça significa a garantia de  
5 amparo aos direitos do cidadão por meio de uma ordem  
6 jurídica justa e, caso tais direitos sejam violados, a  
7 possibilidade de ele buscar a devida reparação. Para tornar  
8 efetivo esse direito fundamental e popularizá-lo, foram feitas  
9 várias mudanças na lei ao longo dos anos. Esse movimento de  
10 inclusão é conhecido como ondas renovatórias. Atualmente, já  
11 se fala no surgimento da quarta onda, que está relacionada aos  
12 avanços da tecnologia.

13 Na primeira onda renovatória, buscou-se superar as  
14 barreiras econômicas do acesso à justiça. No Brasil, as medidas  
15 para garantir a assistência judiciária a quem não pode arcar  
16 com as custas de um processo ou ser assistido por um  
17 advogado particular foram efetivadas principalmente pela  
18 Lei n.º 1.060, de 1950, e pela criação da Defensoria Pública da  
19 União, em 1994, que atende muitos segurados do INSS que  
20 têm de recorrer ao Poder Judiciário para conseguir um benefício.

21 A segunda onda renovatória enfrentou os desafios de  
22 tornar o processo judicial acessível a interesses coletivos, de  
23 grupos indeterminados, e não apenas limitado a ser um  
24 instrumento de demandas individuais. Para assegurar a tutela  
25 dos direitos difusos, que dizem respeito à sociedade em geral,  
26 foram criados instrumentos para estimular a democracia  
27 participativa. Os principais avanços ocorreram com a entrada  
28 em vigor da Lei da Ação Civil Pública, em 1985, e do Código  
29 de Defesa do Consumidor, em 1990, que, conjuntamente,  
30 formaram o microsistema processual para assegurar os  
31 interesses da população.

32 A terceira onda encorajou uma ampla variedade de  
33 reformas na estrutura e na organização dos tribunais, o que  
34 possibilitou a simplificação de procedimentos e,  
35 consequentemente, do processo. Entendeu-se que cada tipo de  
36 conflito tem uma forma adequada de solução: a decisão final  
37 para uma controvérsia pode ser tomada por um juiz, árbitro ou  
38 pelas próprias partes, com ou sem o auxílio de terceiros  
39 neutros, como mediadores e conciliadores.

40 Hoje, na quarta onda renovatória, a chamada  
41 revolução digital e suas mudanças rápidas aceleraram a  
42 engrenagem judicial. Esse processo de transição do analógico  
43 para o digital não se resume apenas à virtualização dos  
44 tribunais com a chegada do processo eletrônico. As tecnologias  
45 da informação e comunicação oferecem infinitas possibilidades  
46 para redesenhar o que se entende por justiça.

47 As plataformas digitais de solução de conflitos  
48 popularizaram serviços antes tidos como caros e pouco  
49 acessíveis. Hoje existe até a oferta de experiências de cortes  
50 *online*, nas quais as pessoas têm acesso aos tribunais com um  
51 clique, sem sair de casa.

Mariana Faria. O que tecnologia tem a ver com acesso à justiça?  
13/6/2018. Internet: <www.dacordo.com.br> (com adaptações).

01 - Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

A correção gramatical do texto seria preservada caso se inserisse a preposição **a** imediatamente após “atende” (l.19)— **atende a**.

( ) CERTO ( ) ERRADO

**02** - Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

No trecho “A terceira onda encorajou uma ampla variedade de reformas na estrutura e na organização dos tribunais” (ℓ. 32 e 33), o verbo **encorajar** tem o mesmo sentido de **incentivar**.

CERTO       ERRADO

**03**- Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

A eliminação da vírgula empregada imediatamente após “difusos” (ℓ.25) não comprometeria a correção gramatical do texto, mas alteraria os seus sentidos originais.

CERTO       ERRADO

**04**- Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

A expressão “esse direito fundamental” (ℓ.8) refere-se a “o acesso à justiça” (ℓ.4).

CERTO       ERRADO

**05**- Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

A inserção do sinal indicativo de crase em “a quem” (ℓ.3) não comprometeria a correção gramatical do texto.

CERTO       ERRADO

**06**- A segunda onda renovatória é marcada pelo estímulo à participação dos cidadãos para a reivindicação democrática de interesses coletivos.

CERTO       ERRADO

**07**- A primeira onda renovatória caracteriza-se pela busca da promoção do acesso à justiça para os mais desfavorecidos economicamente.

CERTO       ERRADO

**08-** A terceira onda renovatória restringe tipos de acesso à justiça garantidos na segunda onda renovatória.

CERTO       ERRADO

**09-** Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

Como o texto elenca fatos ocorridos ao longo da história da justiça brasileira, é correto classificá-lo como predominantemente narrativo.

CERTO       ERRADO

**10-** Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

O autor levanta argumentos para defender a ideia de que a quarta onda renovatória supera as anteriores.

CERTO       ERRADO

**11-** Com base nas ideias do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

Virtualização e celeridade são atributos da quarta onda renovatória.

CERTO       ERRADO

**12-** Com base nas ideias do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

A ampliação do acesso à justiça no Brasil é um processo que se iniciou com a revolução digital.

CERTO       ERRADO

### Texto CBIA1-I

1 Em 1996, no artigo **Contratos inteligentes**, o  
criptógrafo Nick Szabo predizia que a Internet mudaria para  
sempre a natureza dos sistemas legais. A justiça do futuro,  
4 dizia, estaria baseada em uma tecnologia chamada contratos inteligentes.

Os contratos legais com que habitualmente trabalham  
os advogados estão escritos em linguagem frequentemente  
7 ambígua e sujeita a interpretações diversas. Um contrato  
inteligente é um acordo escrito em código de *software*, que,  
como linguagem de programação, é claro e objetivo.  
10 O contrato se executa de maneira automática quando se  
cumprem as condições acordadas. Ambas as partes podem ter  
certeza quase total de que o acordo se cumprirá tal como foi  
13 combinado. E tudo ocorre em uma rede descentralizada de  
computadores. Não há nada que as partes possam fazer para  
evitar o cumprimento do contrato.

16 Imaginemos que Alice compre um automóvel com um  
crédito bancário, mas deixe de pagar suas prestações. Uma  
manhã, introduz sua chave digital no veículo, e a porta não  
19 abre. Foi bloqueada por falta de cumprimento do contrato.  
Minutos depois, chega o funcionário do banco com outra chave  
digital. Abre a porta, liga o motor e parte com o veículo.  
22 O contrato inteligente bloqueou, de maneira automática, o uso  
do dispositivo digital por Alice, porque ela não cumpriu o  
contrato. O banco recupera o veículo, sem perder tempo com  
25 advogados.

Szabo propôs os contratos inteligentes nos anos 90 do  
século passado. Mas, durante muito tempo, a proposta ficou só  
28 na ideia. Até que, em 2014, um jovem russo-canadense de 19  
anos de idade, Vitalik Buterin, lançou a Ethereum, uma  
*legaltech* que mantém registro compartilhado com a rede  
31 *bitcoin*, mas tem linguagem de programação mais sofisticada  
que permite a gravação de contratos inteligentes. Os contratos  
inteligentes prometem automatizar muitas das ações que  
34 historicamente se fizeram por meio de sistemas legais, com  
redução de seus custos e aumento de sua velocidade e segurança.

Ainda que o segmento esteja em fase inicial, aos  
37 poucos vão surgindo mais *legaltechs* para aplicar contratos  
inteligentes em diferentes setores da economia. Um dos  
principais desafios está no ambiente regulatório — em  
40 particular, no reconhecimento legal desses contratos. “Hoje  
contamos com projetos de implementação de contratos  
inteligentes com validade legal, como OpenLaw, da ConsenSys  
43 (Estados Unidos da América – EUA), Accord Project (EUA e  
Reino Unido), Agrello (Estônia) e dezenas de pequenos  
empreendimentos pelo mundo”, afirma o advogado  
46 especializado em novas tecnologias Albi Rodriguez Jaramillo,  
cofundador da comunidade LegalBlock.

Um segundo desafio é desenvolver a infraestrutura  
49 necessária para que os contratos inteligentes possam ser  
executados. Isso inclui a criação de fechaduras inteligentes que  
respondam às ordens desses contratos. Elas farão a hipotética  
52 devedora Alice não conseguir abrir o carro por ter deixado de  
pagar as prestações. A empresa Slock.it desenvolve uma rede  
universal de compartilhamento (*universal sharing network*) na  
55 qual, espera-se, vão interagir carros, casas e outros ativos da  
economia compartilhada. Será uma peça fundamental para o  
desenvolvimento dos contratos inteligentes na nova economia.

Federico Ast. **Como faremos justiça?** – A chegada dos contratos inteligentes. *In*: ÉPOCA  
negócios. 9/12/2018. Internet: <<https://epocanegocios.globo.com>> (com adaptações).

**13** - Ainda com relação às propriedades linguísticas e aos sentidos do texto CB1A1-I, julgue o seguinte item.

A substituição da forma verbal “estaria” (ℓ.4) por **estava** não modificaria os sentidos originais do texto.

CERTO       ERRADO

**14**- Conforme o último parágrafo do texto, ainda não há certeza de que carros, casas e outros ativos da economia compartilhada realmente vão interagir com a rede universal de compartilhamento desenvolvida pela Slock.it.

CERTO       ERRADO

**15**-A respeito das propriedades linguísticas e dos sentidos do texto CB1A1-I, julgue o item seguinte.

Embora o texto seja predominantemente dissertativo, seu terceiro parágrafo é essencialmente narrativo.

CERTO       ERRADO

**16**- A respeito das propriedades linguísticas e dos sentidos do texto CB1A1-I, julgue o item seguinte.

O segmento “E tudo ocorre em uma rede descentralizada de computadores” (ℓ. 13 e 14) expressa conclusão no parágrafo em que aparece.

CERTO       ERRADO

**17**- Ainda com relação às propriedades linguísticas e aos sentidos do texto CB1A1-I, julgue o seguinte item.

A inserção do sinal indicativo de crase em “a interpretações” (ℓ.7) ocasionaria erro gramatical no texto.

CERTO       ERRADO

**18-** Tendo como referência as ideias do texto CB1A1-I, julgue o item a seguir.

Os contratos inteligentes diferem dos contratos legais clássicos, entre outras razões, por não utilizarem linguagem imprecisa.

CERTO       ERRADO

**19-** Tendo como referência as ideias do texto CB1A1-I, julgue o item a seguir.

A tecnologia abre possibilidades para que os contratos sejam cumpridos em função da ação rápida de advogados.

CERTO       ERRADO

**20-** Tendo como referência as ideias do texto CB1A1-I, julgue o item a seguir.

O texto indica dois desafios para a implantação dos contratos inteligentes: a falta de desenvolvimento de pesquisas na área da economia compartilhada e o ambiente regulatório do setor.

CERTO       ERRADO

#### Texto CB1A1-I

1 Em 1996, no artigo **Contratos inteligentes**, o  
criptógrafo Nick Szabo predizia que a Internet mudaria para  
sempre a natureza dos sistemas legais. A justiça do futuro,  
4 dizia, estaria baseada em uma tecnologia chamada contratos inteligentes.

Os contratos legais com que habitualmente trabalham  
os advogados estão escritos em linguagem frequentemente  
7 ambígua e sujeita a interpretações diversas. Um contrato  
inteligente é um acordo escrito em código de *software*, que,  
como linguagem de programação, é claro e objetivo.  
10 O contrato se executa de maneira automática quando se  
cumprem as condições acordadas. Ambas as partes podem ter  
certeza quase total de que o acordo se cumprirá tal como foi  
13 combinado. E tudo ocorre em uma rede descentralizada de  
computadores. Não há nada que as partes possam fazer para  
evitar o cumprimento do contrato.

16 Imaginemos que Alice compre um automóvel com um  
crédito bancário, mas deixe de pagar suas prestações. Uma  
manhã, introduz sua chave digital no veículo, e a porta não  
19 abre. Foi bloqueada por falta de cumprimento do contrato.  
Minutos depois, chega o funcionário do banco com outra chave  
digital. Abre a porta, liga o motor e parte com o veículo.  
22 O contrato inteligente bloqueou, de maneira automática, o uso  
do dispositivo digital por Alice, porque ela não cumpriu o  
contrato. O banco recupera o veículo, sem perder tempo com  
25 advogados.

Szabo propôs os contratos inteligentes nos anos 90 do  
século passado. Mas, durante muito tempo, a proposta ficou só  
28 na ideia. Até que, em 2014, um jovem russo-canadense de 19  
anos de idade, Vitalik Buterin, lançou a Ethereum, uma  
*legaltech* que mantém registro compartilhado com a rede  
31 *bitcoin*, mas tem linguagem de programação mais sofisticada  
que permite a gravação de contratos inteligentes. Os contratos  
inteligentes prometem automatizar muitas das ações que  
34 historicamente se fizeram por meio de sistemas legais, com  
redução de seus custos e aumento de sua velocidade e segurança.

Ainda que o segmento esteja em fase inicial, aos  
37 poucos vão surgindo mais *legaltechs* para aplicar contratos  
inteligentes em diferentes setores da economia. Um dos  
principais desafios está no ambiente regulatório — em  
40 particular, no reconhecimento legal desses contratos. “Hoje  
contamos com projetos de implementação de contratos  
inteligentes com validade legal, como OpenLaw, da ConsenSys  
43 (Estados Unidos da América – EUA), Accord Project (EUA e  
Reino Unido), Agrello (Estônia) e dezenas de pequenos  
empreendimentos pelo mundo”, afirma o advogado  
46 especializado em novas tecnologias Albi Rodriguez Jaramillo,  
cofundador da comunidade LegalBlock.

Um segundo desafio é desenvolver a infraestrutura  
49 necessária para que os contratos inteligentes possam ser  
executados. Isso inclui a criação de fechaduras inteligentes que  
respondam às ordens desses contratos. Elas farão a hipotética  
52 devedora Alice não conseguir abrir o carro por ter deixado de  
pagar as prestações. A empresa Slock.it desenvolve uma rede  
universal de compartilhamento (*universal sharing network*) na  
55 qual, espera-se, vão interagir carros, casas e outros ativos da  
economia compartilhada. Será uma peça fundamental para o  
desenvolvimento dos contratos inteligentes na nova economia.

Federico Ast. *Como faremos justiça?* – A chegada dos contratos inteligentes. In: *ÉPOCA*  
*negócios* 9/12/2018. Internet: <<https://epocanegocios.globo.com>> (com adaptações).

21 - Tendo como referência as ideias do texto CB1A1-I, julgue o item a seguir.

Inferese do texto que Nick Szabo somente concretizou sua proposta de contratos inteligentes em 2014.

CERTO       ERRADO

22- Ainda com relação às propriedades linguísticas e aos sentidos do texto CB1A1-I, julgue o seguinte item.

A expressão “Ainda que” (ℓ.36) poderia ser substituída por **Embora**, sem alteração dos sentidos e da correção gramatical do texto.

CERTO       ERRADO

23- A respeito das propriedades linguísticas e dos sentidos do texto CB1A1-I, julgue o item seguinte.

No trecho “Abre a porta, liga o motor e parte com o veículo” (ℓ.21), o termo “o veículo” é sujeito das formas verbais “Abre”, “liga” e “parte”.

CERTO       ERRADO

24- A respeito das propriedades linguísticas e dos sentidos do texto CB1A1-I, julgue o item seguinte.

Inferese das informações do terceiro parágrafo do texto que o segmento “Foi bloqueada” (ℓ.19) refere-se a “chave digital” (ℓ.18).

CERTO       ERRADO

25- Ainda com relação às propriedades linguísticas e aos sentidos do texto CB1A1-I, julgue o seguinte item.

As vírgulas empregadas logo após as expressões “Uma manhã” (ℓ. 17 e 18) e “Minutos depois” (ℓ.20) justificam-se pela mesma regra de pontuação.

CERTO       ERRADO

26- Tendo como referência as ideias do texto CB1A1-I, julgue o item a seguir.

Desde 1996, o criptógrafo Nick Szabo defende a ideia de que sistemas legais, sem alteração de sua essência, podem ser aperfeiçoados com recursos da tecnologia da informação.

( ) CERTO      ( ) ERRADO

27- Tendo como referência as ideias do texto CB1A1-I, julgue o item a seguir.

As soluções de aperfeiçoamento de contratos legais baseadas em tecnologia da informação tornam mais dispendioso o acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais.

( ) CERTO      ( ) ERRADO

**Texto CB3A1-I**

1 O maior desafio do Poder Judiciário no Brasil é tornar-se cada vez mais acessível às pessoas, até mesmo a quem não pode arcar com o custo financeiro de um processo.

4 De um modo amplo, o acesso à justiça significa a garantia de amparo aos direitos do cidadão por meio de uma ordem jurídica justa e, caso tais direitos sejam violados, a possibilidade de ele buscar a devida reparação. Para tornar efetivo esse direito fundamental e popularizá-lo, foram feitas várias mudanças na lei ao longo dos anos. Esse movimento de inclusão é conhecido como ondas renovatórias. Atualmente, já se fala no surgimento da quarta onda, que está relacionada aos avanços da tecnologia.

13 Na primeira onda renovatória, buscou-se superar as barreiras econômicas do acesso à justiça. No Brasil, as medidas para garantir a assistência judiciária a quem não pode arcar com as custas de um processo ou ser assistido por um advogado particular foram efetivadas principalmente pela Lei n.º 1.060, de 1950, e pela criação da Defensoria Pública da União, em 1994, que atende muitos segurados do INSS que têm de recorrer ao Poder Judiciário para conseguir um benefício.

22 A segunda onda renovatória enfrentou os desafios de tornar o processo judicial acessível a interesses coletivos, de grupos indeterminados, e não apenas limitado a ser um instrumento de demandas individuais. Para assegurar a tutela dos direitos difusos, que dizem respeito à sociedade em geral, foram criados instrumentos para estimular a democracia participativa. Os principais avanços ocorreram com a entrada em vigor da Lei da Ação Civil Pública, em 1985, e do Código de Defesa do Consumidor, em 1990, que, conjuntamente, formaram o microsistema processual para assegurar os interesses da população.

A terceira onda encorajou uma ampla variedade de reformas na estrutura e na organização dos tribunais, o que possibilitou a simplificação de procedimentos e, consequentemente, do processo. Entendeu-se que cada tipo de conflito tem uma forma adequada de solução: a decisão final para uma controvérsia pode ser tomada por um juiz, árbitro ou pelas próprias partes, com ou sem o auxílio de terceiros neutros, como mediadores e conciliadores.

40 Hoje, na quarta onda renovatória, a chamada revolução digital e suas mudanças rápidas aceleraram a engrenagem judicial. Esse processo de transição do analógico para o digital não se resume apenas à virtualização dos tribunais com a chegada do processo eletrônico. As tecnologias da informação e comunicação oferecem infinitas possibilidades para redesenhar o que se entende por justiça.

49 As plataformas digitais de solução de conflitos popularizaram serviços antes tidos como caros e pouco acessíveis. Hoje existe até a oferta de experiências de cortes *online*, nas quais as pessoas têm acesso aos tribunais com um clique, sem sair de casa.

Mariana Faria. *O que tecnologia tem a ver com acesso à justiça?* 13/6/2018. Internet: <www.dacordo.com.br> (com adaptações).

**28** - Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

A eliminação da vírgula empregada imediatamente após “difusos” (l.25) não comprometeria a correção gramatical do texto, mas alteraria os seus sentidos originais.

CERTO       ERRADO

**29**- Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

No trecho “A terceira onda encorajou uma ampla variedade de reformas na estrutura e na organização dos tribunais” (l. 32 e 33), o verbo **encorajar** tem o mesmo sentido de **incentivar**.

CERTO       ERRADO

**30**- Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto CB3A1-I, julgue o item a seguir.

A correção gramatical do texto seria preservada caso se inserisse a preposição **a** imediatamente após “atende” (l.19) — **atende a**.

CERTO       ERRADO

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

**01-** Acerca de ética no serviço público, moral e exercício da cidadania, julgue o item a seguir.

Com o objetivo de promover padrões éticos de moralidade e de probidade no serviço público, o STF, mediante a instituição de súmula vinculante, vedou a prática do nepotismo.

CERTO       ERRADO

**02-** Acerca de ética no serviço público, moral e exercício da cidadania, julgue o item a seguir.

Segundo Aristóteles, a política e a ética são dissociadas, em razão não só da inexistência da política no exercício da cidadania, mas também da busca da plenitude ética na *polis*.

CERTO       ERRADO

**03-** Acerca de ética no serviço público, moral e exercício da cidadania, julgue o item a seguir.

O risco de subjetivismo e ativismo por parte dos agentes públicos na interpretação e na aplicação da lei consiste em uma das críticas ao paradigma pós-positivista, ocorrendo em tal paradigma uma reaproximação do direito com a ética, a moral, os valores e os princípios.

CERTO       ERRADO

**04-** Acerca de ética no serviço público, moral e exercício da cidadania, julgue o item a seguir.

De acordo com o conceito de imperativo categórico, de Kant, o dever denota uma forma, que é válida para toda ação moral e implica a universalidade da conduta ética, de modo que o indivíduo deve agir como se a máxima de sua ação pudesse se tornar uma lei universal.

CERTO       ERRADO

**05-** À luz da Lei n.º 8.112/1990, da Lei n.º 12.527/2011 e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item subsecutivo.

Em regra, a publicidade do ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade; por isso, a sua omissão enseja comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

CERTO       ERRADO

**06-** A respeito de ética no serviço público, julgue o item a seguir.

Servidor público que se apresenta habitualmente embriagado no serviço ou até mesmo fora dele poderá ser submetido à Comissão de Ética, a qual poderá aplicar-lhe a pena de censura.

CERTO       ERRADO

**07-** A respeito de ética no serviço público, julgue o item a seguir.

Na administração pública, moralidade restringe-se à distinção entre o bem e o mal: o servidor público nunca poderá desprezar o elemento ético de sua conduta.

CERTO       ERRADO

**08-** A respeito de ética no serviço público, julgue o item a seguir.

No estrito exercício de sua função, o servidor público deve nortear-se por primados maiores — como a consciência dos princípios morais, o zelo e a eficácia —; fora dessa função, porém, por estar diante de situação particular, não está obrigado a agir conforme tais primados.

CERTO       ERRADO

**09-** A respeito de ética no serviço público, julgue o item a seguir.

Servidor público que, no exercício da função pública, desviar outro servidor para atender a seu interesse particular, ou, movido pelo espírito de solidariedade, for conivente com prática como esta, poderá ser submetido à Comissão de Ética.

CERTO       ERRADO

**10-** Acerca de ética e trabalho, julgue o item subsequente.

No mundo do trabalho, frequentemente não se percebe a origem cultural dos valores éticos, do senso e da consciência moral que impõe um tipo de conduta ao profissional, podendo falar-se mesmo em uma atuação ideológica no que se refere à naturalização dos valores.

CERTO       ERRADO

**11-** Um dos dilemas dos servidores na escala inferior de uma organização é o fato de terem de compensar, muitas vezes sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e a carência da lógica de mercado.

CERTO       ERRADO

**12-** Acerca de ética e trabalho, julgue o item subsequente.

A comissão de ética dos órgãos e entidades da administração pública tem por finalidade orientar e aconselhar sobre ética profissional e, nos casos necessários, aplicar a pena de censura.

CERTO       ERRADO

**13-** Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir, relativo à ética e à moral no serviço público.

Diante de uma situação urgente de escolha que exija do servidor público o cumprimento dos deveres fundamentais de rapidez e rendimento, ele deverá optar pela conduta legal, justa e conveniente, podendo desconsiderar o elemento ético, a fim de atender com maior efetividade ao interesse público.

CERTO       ERRADO

**14-** Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir, relativo à ética e à moral no serviço público.

A Comissão de Ética poderá aplicar pena de demissão ao servidor público que atentar contra a ética, desde que haja a devida motivação para o ato.

CERTO       ERRADO

**15-** Está, pois, suficientemente esclarecido que a virtude moral é um meio-termo entre dois vícios, um dos quais envolve excesso e o outro, deficiência, e isso porque a sua natureza é visar à mediania nas paixões e nos atos.

Do que acabamos de dizer segue-se que não é fácil ser bom, pois em todas as coisas é difícil encontrar o meio-termo.

(...)

A justiça corretiva será o intermediário entre a perda e o ganho. Eis aí por que as pessoas em disputa recorrem ao juiz; e recorrer ao juiz é recorrer à justiça, pois a natureza do juiz é ser uma espécie de justiça animada; e procuram o juiz como um intermediário, e em alguns Estados os juízes são chamados mediadores, na convicção de que, se os litigantes conseguirem o meio-termo, conseguirão o que é justo. O justo, pois, é um meio-termo, já que o juiz o é. Ora, o juiz restabelece a igualdade.

Aristóteles. **Ética a Nicômaco**. In: **Os pensadores**. (Org.) José A. M. Pessanha. 4.<sup>a</sup> ed., v. 2, São Paulo: Nova Cultural, 1991 (com adaptações).

A partir das ideias constantes nesse fragmento de texto, julgue o item a seguir.

Conforme a ética aristotélica, o meio-termo deve ser buscado por todas as pessoas como principal caminho para uma vida virtuosa, tanto nas ações como nas paixões humanas, a fim de se equilibrarem os vícios, tanto os decorrentes do excesso como aqueles que resultam da falta.

CERTO       ERRADO

**16-** A partir das ideias constantes nesse fragmento de texto, julgue o item a seguir.

Constatar a dificuldade em ser bom é uma questão ética que constitui uma condição para que as pessoas recorram ao juiz, pois a natureza de seu trabalho é a bondade.

CERTO       ERRADO

**17-** Visto que a virtude se relaciona com paixões e ações, e é às paixões e ações voluntárias que se dispensa louvor e censura, enquanto as involuntárias merecem perdão e às vezes piedade, é talvez necessário a quem estuda a natureza da virtude distinguir o voluntário do involuntário. Tal distinção terá também utilidade para o legislador no que tange à distribuição de honras e castigos. São, pois, consideradas involuntárias aquelas coisas que ocorrem sob compulsão ou por ignorância; e é compulsório ou forçado aquilo cujo princípio motor se encontra fora de nós e para o qual em nada contribui a pessoa que age e que sente a paixão — por exemplo, se tal pessoa fosse levada a alguma parte pelo vento ou por homens que dela se houvessem apoderado.

(...)

No que tange a dar ou receber dinheiro, a mediania é a generosidade; o excesso é a prodigalidade, e a deficiência, a mesquinhez, mas o indivíduo pródigo e o mesquinho são excessivos e carentes de

maneiras opostas entre si; o pródigo se excede em dar e é deficiente em obter, enquanto o mesquinho se excede em obter e é deficiente em dar.

Aristóteles. **Ética a Nicômaco**. In: **Os pensadores**. (Org.) José A. M. Pessanha. 4.<sup>a</sup> ed. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (com adaptações).

A partir do fragmento de texto antecedente, julgue o item a seguir.

Segundo Aristóteles, a prodigalidade e a mesquinhez correspondem a vícios, marcados pelo excesso e pela falta respectivamente, ao passo que a generosidade corresponde a uma virtude a ser buscada voluntariamente para se encontrar a mediania.

CERTO       ERRADO

**18-** A partir do fragmento de texto antecedente, julgue o item a seguir.

Segundo Aristóteles, é preciso identificar entre as ações e as paixões as que sejam voluntárias, ou seja, aquelas que dependem da vontade, a fim de se reconhecer seu aspecto ético.

CERTO       ERRADO

**19-** No que se refere a ética no serviço público, julgue o próximo item, com base no Decreto n.º 1.171/1994 — Código de Ética Profissional do Serviço Público.

Constitui dever fundamental do servidor público abster-se de exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observadas as formalidades legais.

CERTO       ERRADO

**20-** No que se refere à ética no serviço público, julgue o item seguinte, à luz do disposto no Decreto n.º 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Serviço Público).

Não descumpra o dever de respeito à hierarquia o servidor que denunciar pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas.

CERTO       ERRADO

**21-** No que se refere à ética no serviço público, julgue o item seguinte, à luz do disposto no Decreto n.º 1.171/1994 (Código de Ética Profissional do Serviço Público).

Uma das regras deontológicas que regem a conduta dos servidores públicos federais é o espírito de solidariedade, conforme o qual se espera que o servidor seja complacente em caso de erro ou infração, pois a superação de falhas representa uma oportunidade para o engrandecimento profissional dos servidores públicos.

CERTO       ERRADO

**22-** Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue o seguinte item.

O servidor público poderá abrir mão do elemento ético de sua conduta quando, no exercício de sua função, determinada situação exigir rapidez e celeridade.

CERTO       ERRADO

**23-** A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

O pretorianismo é considerado um fator que favorece a democracia, por garantir o exercício da cidadania.

CERTO       ERRADO

**24-** A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Moral, vocábulo herdado do latim, e ética, do grego, identificam conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta que se espera que sejam adotadas.

CERTO       ERRADO

**25-** A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue o item a seguir.

Além de demandar a obediência a valores e normas de conduta, a solução dos problemas éticos na administração pública requer um padrão transparente e previsível de procedimentos.

CERTO       ERRADO

**26-** Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue o seguinte item.

As ações éticas são aquelas realizadas racionalmente pelo ser humano em busca do bem, à luz de princípios morais, e que podem enunciar normas do dever ser de determinados grupos sociais em seus diferentes contextos, para atingir fins morais.

CERTO       ERRADO

**27-** Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

A criação de comissão de ética com a finalidade de orientar o servidor é facultativa às entidades que exerçam atribuições delegadas pelo poder público.

CERTO       ERRADO

**28-** Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

É vedado ao servidor público exercer atividade incompatível com o interesse público, ainda que tal atividade seja lícita.

CERTO       ERRADO

**29-** Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

O servidor deve respeitar a hierarquia e não contrariar ordens de seu superior, ainda que estas estejam em desconformidade com os princípios norteadores da administração pública.

CERTO       ERRADO

**30-** Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item a seguir.

É proibido ao servidor público utilizar de notícia obtida em razão do exercício de suas funções em proveito próprio ou de terceiros.

CERTO       ERRADO

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**01-** Acerca da organização político-administrativa do Brasil nos moldes da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

Para garantir a execução de decisão judicial, o presidente da República, de ofício, pode decretar intervenção federal.

CERTO       ERRADO

**02-** Com relação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o próximo item.

Compete ao CNJ o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

CERTO       ERRADO

**03-** Com relação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o próximo item.

O ministro corregedor do CNJ deve ser, necessariamente, um ministro do STJ.

CERTO       ERRADO

**04-** Acerca da organização político-administrativa do Brasil nos moldes da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

Por gozar de autonomia, o Distrito Federal pode auto-organizar-se por meio de lei orgânica própria.

CERTO       ERRADO

**05-** No que se refere aos direitos individuais e à aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa, julgue o item a seguir.

A ausência de assistência técnica de advogado durante processo administrativo disciplinar torna o processo nulo.

CERTO       ERRADO

**06-** A respeito dos direitos políticos e dos partidos políticos, julgue o item seguinte.

Direitos políticos ativos são os direitos políticos que permitem ao cidadão candidatar-se e receber votos para um cargo eletivo.

CERTO       ERRADO

**07-** Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores e a legislação de regência, julgue o item seguinte, referente ao Conselho de República, ao princípio da separação dos poderes e ao Poder Judiciário.

A justiça comum estadual é competente para julgar abusividade de greve de servidores públicos celetistas da Procuradoria-Geral do Estado de Pernambuco.

CERTO       ERRADO

**08-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir, acerca da organização do Estado e da organização dos poderes.

As contas do governo de territórios serão submetidas ao Congresso Nacional, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

CERTO       ERRADO

**09-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir, acerca da organização do Estado e da organização dos poderes.

Por força do princípio da isonomia, o Poder Judiciário poderá, por meio de decisão judicial devidamente fundamentada, estender reajustes e aumentar vencimentos de servidores públicos.

CERTO       ERRADO

**10-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir, acerca da organização do Estado e da organização dos poderes.

Os ministérios públicos estaduais não têm legitimidade para atuar em processo no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, pois tal competência é exclusiva do Ministério Público Federal.

CERTO       ERRADO

**11-** Ainda à luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

A representação judicial e a consultoria jurídica dos estados são exercidas pelos procuradores estaduais, que são membros da advocacia pública.

CERTO       ERRADO

**12-** Ainda à luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

Compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de ações contra o Conselho Nacional de Justiça.

CERTO       ERRADO

**13-** Ainda à luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

São órgãos do Poder Judiciário, entre outros, os tribunais militares, o Tribunal Superior do Trabalho e os juízes eleitorais.

CERTO       ERRADO

**14-** Ainda à luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

Governador de estado será remunerado por subsídio fixado em parcela única, com o devido acréscimo do respectivo adicional de gratificação de função.

CERTO       ERRADO

**15-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Os municípios têm competência para criar tribunais de contas municipais para o controle interno do Poder Executivo local.

CERTO       ERRADO

**16-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Os aprovados em concurso público ainda em prazo improrrogável de convocação terão prioridade de convocação sobre os aprovados em concurso público posterior para o mesmo cargo ou para emprego na mesma carreira.

CERTO       ERRADO

**17-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

A cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa encontram-se entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.

CERTO       ERRADO

**18-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

Autor de ato de improbidade administrativa estará sujeito à cassação dos seus direitos políticos.

CERTO       ERRADO

**19-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

O direito de propriedade é constitucionalmente garantido, devendo as propriedades atender a sua função social.

CERTO       ERRADO

**20-** Com base nas disposições constitucionais relativas a cargos, empregos e funções públicas e nas disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco, julgue o item seguinte.

Os cargos em comissão cujas atribuições sejam de direção, chefia e assessoramento são ocupados exclusivamente por servidores efetivos.

CERTO       ERRADO

**21-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, a respeito de direitos e garantias fundamentais e da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Em caso de iminente perigo público, autoridade pública competente poderá usar a propriedade particular, desde que assegure a consequente indenização, independentemente da comprovação da existência de dano, que, nesse caso, é presumido.

CERTO       ERRADO

**22-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, a respeito de direitos e garantias fundamentais e da defesa do Estado e das instituições democráticas.

São constitucionalmente assegurados ao preso o direito à identificação dos agentes estatais responsáveis pela sua prisão e o direito de permanecer em silêncio.

CERTO       ERRADO

**23-** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue, a respeito de direitos e garantias fundamentais e da defesa do Estado e das instituições democráticas.

Policia rodoviário federal com mais de dez anos de serviço pode candidatar-se ao cargo de deputado federal, devendo, no caso de ser eleito, passar para inatividade a partir do ato de sua diplomação.

CERTO       ERRADO

**24-** Acerca de ética e trabalho, julgue o item subsequente.

A Constituição Federal de 1988 fixou os princípios da administração pública e impôs, explicitamente, a todos os servidores públicos um conjunto de normas morais que inclui o comportamento ético inclusive fora do cargo.

CERTO       ERRADO

**25-** Acerca de percepção simultânea, por servidor público, de proventos da aposentadoria e da remuneração de outro cargo público, julgue o seguinte item.

É possível perceber de forma simultânea proventos de aposentadoria e remuneração de cargo eletivo.

CERTO       ERRADO

**26-** Pedro, que é servidor público ocupante de cargo de professor de rede estadual de ensino público e trabalha de segunda a sexta-feira, das 19 às 22 horas, foi aprovado em concurso para cargo público de nível médio não especializado, com carga horária semanal de vinte horas, que deve ser cumprida no turno matutino.

Nessa situação hipotética,

Pedro poderá acumular os dois cargos públicos, mesmo que o cargo de nível médio para o qual ele foi aprovado não seja especializado.

CERTO       ERRADO

**27-** Acerca de percepção simultânea, por servidor público, de proventos da aposentadoria e da remuneração de outro cargo público, julgue o seguinte item.

É permitida a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração de cargo em comissão.

CERTO       ERRADO

**28-** Acerca de classificação constitucional, de princípios, direitos e garantias fundamentais e de servidores públicos, julgue o seguinte item.

**Situação hipotética:** Meire, servidora pública de sessenta anos de idade, vinculada a regime próprio de previdência, cumpriu quinze anos de efetivo exercício no serviço público, tendo, nos últimos cinco anos, trabalhado no cargo efetivo em que pretende requerer aposentadoria. **Assertiva:** Nesse caso, Meire poderá aposentar-se voluntariamente com proventos integrais em razão da idade.

CERTO       ERRADO

**29-** Acerca de classificação constitucional, de princípios, direitos e garantias fundamentais e de servidores públicos, julgue o seguinte item.

A ampla defesa e o contraditório são princípios constitucionais fundamentais decorrentes do devido processo legal aplicáveis tanto ao cidadão em geral quanto aos servidores públicos.

CERTO       ERRADO

**30-** De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Acerca da aplicação dessa garantia constitucional, bem como do contraditório e da ampla defesa, julgue o item a seguir.

Servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar, no qual lhe devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CERTO       ERRADO

**31-** Acerca do conceito de Constituição, dos princípios e dos direitos fundamentais, bem como das disposições sobre os servidores públicos na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

A investidura em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, que pode ser promovido por meio de provas ou simplesmente por meio de avaliação de títulos.

CERTO       ERRADO

**32-** Acerca do conceito de Constituição, dos princípios e dos direitos fundamentais, bem como das disposições sobre os servidores públicos na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

Os requisitos de idade e de tempo de contribuição para fins de aposentadoria serão reduzidos em cinco anos no caso de professor da rede pública de ensino que tenha exercido, ainda que parcialmente, a função de magistério.

CERTO       ERRADO

**33-** Acerca do conceito de Constituição, dos princípios e dos direitos fundamentais, bem como das disposições sobre os servidores públicos na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

O reconhecimento de convenções e acordos coletivos de trabalho é um direito fundamental social que não se aplica aos servidores ocupantes de cargo público.

CERTO       ERRADO

**34-** No que concerne aos membros da Defensoria Pública, julgue o item subsequente.

A Constituição Federal de 1988 estendeu aos defensores públicos a garantia de inamovibilidade, originalmente concedida aos magistrados.

CERTO       ERRADO

**35-** No que concerne aos membros da Defensoria Pública, julgue o item subsequente.

Aos advogados públicos serão concedidos vencimentos fixos, acrescidos ou não de gratificação.

CERTO       ERRADO

**36-** No que se refere ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o próximo item.

Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, ações contra o CNJ.

CERTO       ERRADO

**37-** No que se refere ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o próximo item.

Nos casos de crime cometido por magistrados contra a administração pública ou de abuso de autoridade, cabe ao CNJ representar ao Ministério Público.

CERTO       ERRADO

**38-** No que se refere ao Poder Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgue o próximo item.

O CNJ exerce a supervisão orçamentária da justiça federal de primeiro e de segundo graus.

CERTO       ERRADO

**39-** A respeito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item subsequente.

Apesar de ser uma garantia assegurada aos membros do Ministério Público, a inamovibilidade poderá ser afastada por razões de interesse público, mediante decisão fundamentada do chefe da instituição.

CERTO       ERRADO

**40-** A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da administração pública, julgue o item seguinte.

Caso não exista lei federal que disponha normas gerais relativas a tecnologia, os estados poderão exercer a competência legislativa plena, necessária ao atendimento de suas peculiaridades.

CERTO       ERRADO

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**01-** No que se refere ao controle da administração pública, julgue o item que se segue.

O controle judicial dos atos administrativos é restrito a aspectos de legalidade, sendo vedada a análise do mérito administrativo pelo Poder Judiciário.

CERTO       ERRADO

**02-** No que se refere ao controle da administração pública, julgue o item que se segue.

Tribunais de contas estaduais têm competência para julgar as contas do governador do respectivo estado.

CERTO       ERRADO

**03-** A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item a seguir.

Desconcentração administrativa consiste na distribuição do exercício das funções administrativas entre pessoas jurídicas autônomas.

CERTO       ERRADO

**04-** A respeito da organização administrativa da administração pública, julgue o item a seguir.

A administração pública direta reflete uma administração centralizada, enquanto a administração indireta reflete uma administração descentralizada.

CERTO       ERRADO

**05-** Um órgão público pretende realizar processo licitatório para a construção de um posto de saúde comunitário, orçado em R\$ 350.000. O prazo de execução da obra será de 13 meses.

Tendo como referência esse caso hipotético, julgue o item a seguir, considerando a legislação aplicável à contratação de obras e serviços de engenharia.

A legislação lista hipóteses de execução de obras e serviços para os quais é dispensada a realização de licitação em razão da natureza da obra que se pretende executar, como é o caso dos postos de saúde.

CERTO       ERRADO

**06-** A equipe técnica de um órgão público elaborou o projeto básico de licitação para a construção de uma ponte rodoviária. Nesse projeto, constavam as seguintes informações:

- custo direto total da obra = R\$ 2 milhões;
- custo final da obra = R\$ 2,5 milhões.

Quando do lançamento do edital da licitação, o projeto executivo ainda não estava pronto, e a planilha de orçamento da obra não continha a anotação de responsabilidade técnica (ART) do orçamentista. Considerando esse caso hipotético, julgue o próximo item, com base nas normativas concernentes a construções.

O edital de licitação pode ser lançado porque o projeto executivo poderá ser finalizado durante a execução da obra, desde que autorizado pela administração.

CERTO       ERRADO

**07-** Um órgão público pretende realizar processo licitatório para a construção de um posto de saúde comunitário, orçado em R\$ 350.000. O prazo de execução da obra será de 13 meses.

Tendo como referência esse caso hipotético, julgue o item a seguir, considerando a legislação aplicável à contratação de obras e serviços de engenharia.

A modalidade licitatória convite poderá ser utilizada nesse certame licitatório.

CERTO       ERRADO

**08-** A equipe técnica de um órgão público elaborou o projeto básico de licitação para a construção de uma ponte rodoviária. Nesse projeto, constavam as seguintes informações:

- custo direto total da obra = R\$ 2 milhões;
- custo final da obra = R\$ 2,5 milhões.

Quando do lançamento do edital da licitação, o projeto executivo ainda não estava pronto, e a planilha de orçamento da obra não continha a anotação de responsabilidade técnica (ART) do orçamentista. Considerando esse caso hipotético, julgue o próximo item, com base nas normativas concernentes a construções.

A inexistência da ART do orçamentista é fator impeditivo ao lançamento do edital de licitação.

CERTO       ERRADO

**09-** Um órgão público pretende realizar processo licitatório para a construção de um posto de saúde comunitário, orçado em R\$ 350.000. O prazo de execução da obra será de 13 meses.

Tendo como referência esse caso hipotético, julgue o item a seguir, considerando a legislação aplicável à contratação de obras e serviços de engenharia.

O processo licitatório para a referida obra poderá ser feito na modalidade pregão presencial.

CERTO       ERRADO

**10-** À luz das normas pertinentes à administração pública e com relação a atos e contratos administrativos, serviços públicos, improbidade administrativa e intervenção do Estado na propriedade, julgue o item seguinte.

O recebimento de vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza constitui ato de improbidade administrativa que importa prejuízo ao erário.

CERTO       ERRADO

**11-** À luz das normas pertinentes à administração pública e com relação a atos e contratos administrativos, serviços públicos, improbidade administrativa e intervenção do Estado na propriedade, julgue o item seguinte.

Conforme o Decreto n.º 7.892/2013, a vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços não poderá ser superior a doze meses.

CERTO       ERRADO

**12-** Acerca da responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, julgue o item a seguir, à luz da Lei n.º 8.429/1992.

Para ser imputado como ato de improbidade administrativa praticado contra associação civil de direito privado sem fins lucrativos e de interesse coletivo a referida entidade deve ter sido subsidiada pelo erário em montante não inferior a 50% da sua receita anual.

CERTO       ERRADO

**13-** Acerca da responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, julgue o item a seguir, à luz da Lei n.º 8.429/1992.

Os sucessores de agente público falecido que, em vida, praticou ato de improbidade administrativa que importou lesão ao patrimônio público terão obrigação de ressarcir o dano apurado até o limite do valor da herança.

CERTO       ERRADO

**14-** Acerca da responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, julgue o item a seguir, à luz da Lei n.º 8.429/1992.

Sociedade de economia mista em que a União detenha mais de 50% das cotas sociais será considerada sujeito ativo de improbidade administrativa caso um de seus dirigentes cometa conduta dolosa que cause prejuízo ao erário.

CERTO       ERRADO

**15-** Acerca da responsabilização pela prática de ato de improbidade administrativa, julgue o item a seguir, à luz da Lei n.º 8.429/1992.

Estudante maior de vinte e um anos de idade que estagia sem remuneração em empresa pública estadual estará sujeito a responder por ato de improbidade administrativa caso se utilize de sua condição de estagiário para auferir vantagem econômica indevida.

CERTO       ERRADO

**16-** Ainda à luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsecutivo.

Agente público pode ser responsabilizado pelo dano que causar a terceiro na prestação de serviço público, após ação de regresso ajuizada pela respectiva pessoa jurídica de direito público.

CERTO       ERRADO

**17-** Com relação a licitações e contratos administrativos e às disposições da Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item que se segue.

Configura hipótese de dispensa de licitação a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por intermédio de empresário exclusivo, desde que o profissional seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

CERTO       ERRADO

**18-** Com relação a licitações e contratos administrativos e às disposições da Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item que se segue.

A publicidade é condição de eficácia dos atos da administração pública, por isso a inobservância do dever de publicação de atos oficiais pode caracterizar prática de ato de improbidade administrativa.

CERTO       ERRADO

**19-** Acerca de poderes administrativos, julgue o item subsequente.

Em decorrência do poder hierárquico, é lícita a avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

CERTO       ERRADO

**20-** Acerca de poderes administrativos, julgue o item subsequente.

Configura abuso do poder regulamentar a edição de regulamento por chefe do Poder Executivo dispondo obrigações diversas das contidas em lei regulamentada, ainda que sejam obrigações derivadas.

CERTO       ERRADO

**21-** Acerca de poderes administrativos, julgue o item subsequente.

O administrador público age no exercício do poder hierárquico ao editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados.

CERTO       ERRADO

**22-** Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

Diferentemente das empresas públicas, que podem ser constituídas sob qualquer forma empresarial admitida em direito, as sociedades de economia mista somente podem constituir-se sob a forma de sociedade anônima.

CERTO       ERRADO

**23-** Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

Embora dotados de personalidade jurídica, os órgãos públicos não possuem capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências institucionais.

CERTO       ERRADO

**24-** Com relação à organização administrativa e à administração pública direta e indireta, julgue o item a seguir.

A criação de fundações públicas de direito público ocorre por meio de lei, não sendo necessária a inscrição de seus atos constitutivos em registro civil de pessoas jurídicas.

CERTO       ERRADO

**25-** No que se refere aos princípios e normas da administração pública, julgue o item a seguir.

As fundações são pessoas jurídicas de direito público criadas por lei específica para desempenhar de forma descentralizada atividade típica de Estado.

CERTO       ERRADO

**26-** No que se refere aos princípios e normas da administração pública, julgue o item a seguir.

É facultado às empresas públicas e às sociedades de economia mista adotar quaisquer formatos jurídicos empresariais, como, por exemplo, o de sociedade anônima ou o de sociedade cooperativa.

CERTO       ERRADO

**27-** No tocante aos poderes administrativos e à responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

A responsabilidade civil do Estado por ato comissivo é subjetiva e baseada na teoria do risco administrativo, devendo o particular, que foi a vítima, comprovar a culpa ou o dolo do agente público.

CERTO       ERRADO

**28-** No tocante aos poderes administrativos e à responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

O abuso de poder, que inclui o excesso de poder e o desvio de finalidade, não decorre de conduta omissiva de agente público.

CERTO       ERRADO

**29-** No tocante aos poderes administrativos e à responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

Constitui poder de polícia a atividade da administração pública ou de empresa privada ou concessionária com delegação para disciplinar ou limitar direito, interesse ou liberdade, de modo a regular a prática de ato em razão do interesse público relativo à segurança.

CERTO       ERRADO

**30-** No tocante a atos administrativos, julgue o item a seguir.

Tanto a inexistência da matéria de fato quanto a sua inadequação jurídica podem configurar o vício de motivo de um ato administrativo.

CERTO       ERRADO

**31-** De acordo com o Decreto n.º 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns, julgue o item seguinte.

Será considerado bem comum o bem ou serviço cujos padrões de desempenho e qualidade não possam ser definidos de forma objetiva no edital, mas cujo preço de mercado possa ser aferido pela entidade promotora da licitação.

CERTO       ERRADO

**32-** Com base no Decreto n.º 7.892/2013, que regulamenta o sistema de registro de preços (SRP), julgue o item a seguir.

No âmbito da administração pública direta federal, o SRP não será adotado nos casos em que, em função da natureza do objeto de licitação, for impossível estabelecer previamente a quantidade a ser demandada pela administração.

CERTO       ERRADO

**33-** Com base no Decreto n.º 7.892/2013, que regulamenta o sistema de registro de preços (SRP), julgue o item a seguir.

A licitação para registro de preços poderá ser realizada na modalidade de pregão, que deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado.

CERTO       ERRADO

**34-** De acordo com o Decreto n.º 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e serviços comuns, julgue o item seguinte.

Impugnações e consultas ao edital de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, serão recebidas, examinadas e decididas pelo pregoeiro, que poderá contar com o apoio da equipe responsável pela elaboração do edital.

CERTO       ERRADO

**35-** Considerando que o objetivo do setor de compras de uma universidade seja melhorar a administração de recursos materiais na instituição, desde a sua aquisição até a sua efetiva utilização, julgue o próximo item, relativo a compras e contratações públicas, coleta de preços, gestão e controle de estoques.

Para a compra de hortifrutigranjeiros para o restaurante dessa universidade, realizada diretamente com base no preço do dia, admite-se a dispensa de licitação.

CERTO       ERRADO

**36-** Considerando que o objetivo do setor de compras de uma universidade seja melhorar a administração de recursos materiais na instituição, desde a sua aquisição até a sua efetiva utilização,

julgue o próximo item, relativo a compras e contratações públicas, coleta de preços, gestão e controle de estoques.

Configura hipótese de inexigibilidade da licitação a contratação de serviço de restauração de obra, devidamente certificada, sob os cuidados da biblioteca da referida universidade.

CERTO       ERRADO

**37-** Considerando que o objetivo do setor de compras de uma universidade seja melhorar a administração de recursos materiais na instituição, desde a sua aquisição até a sua efetiva utilização, julgue o próximo item, relativo a compras e contratações públicas, coleta de preços, gestão e controle de estoques.

A execução de um contrato de fornecimento de alimentos perecíveis permite a dispensa do recebimento provisório.

CERTO       ERRADO

**38-** Considerando que o objetivo do setor de compras de uma universidade seja melhorar a administração de recursos materiais na instituição, desde a sua aquisição até a sua efetiva utilização, julgue o próximo item, relativo a compras e contratações públicas, coleta de preços, gestão e controle de estoques.

Para a aquisição de bens, a universidade pode optar pelo leilão, modalidade de licitação que permite acelerar o processo de aquisição.

CERTO       ERRADO

**39-** Julgue o próximo item, a respeito dos poderes e deveres do administrador público.

O dever de prestar contas abrange não apenas os administradores de órgãos e entidades públicas, mas também os de entes paraestatais.

CERTO       ERRADO

**40-** Com referência às características dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta federal, julgue o seguinte item.

Fundações públicas federais são órgãos que possuem personalidade jurídica de direito público e que realizam, precipuamente, a exploração de atividade econômica.

CERTO       ERRADO

## ADMINISTRAÇÃO

**01-** A respeito de gestão organizacional, julgue o seguinte item.

A análise SWOT (strengths, weakness, opportunities, threats) possibilita a identificação de oportunidades e ameaças ambientais.

CERTO       ERRADO

**02-** A respeito de gestão organizacional, julgue o seguinte item.

Eficiência corresponde ao atingimento dos resultados esperados.

CERTO       ERRADO

**03-** A respeito de gestão organizacional, julgue o seguinte item.

O planejamento estratégico é um processo holístico, que envolve a organização como um todo.

CERTO       ERRADO

**04-** Acerca de gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

No âmbito de uma organização, o processo de geração de valor a partir do capital intelectual e de ativos intelectuais é denominado gestão do conhecimento.

CERTO       ERRADO

**05-** Acerca de gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

A educação corporativa tem foco nos processos organizacionais, com vistas ao desenvolvimento de tarefas.

CERTO       ERRADO

**06-** Acerca de gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

O clima organizacional, enquanto componente da cultura organizacional, está associado aos sentimentos das pessoas e à forma como elas se relacionam entre si, com clientes e com o público externo.

CERTO       ERRADO

**07-** Acerca de gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

A avaliação de desempenho, enquanto ferramenta de gestão de desempenho, é um processo destinado a estimar a relação de custo-benefício entre o salário do empregado e a quantidade de horas por ele trabalhadas no período de um mês.

CERTO       ERRADO

**08-** Julgue o item a seguir, referentes a abordagens da administração e a aspectos das gestões pública e privada.

Segundo a abordagem sistêmica da administração, as organizações funcionam de forma estanque e isolada.

CERTO       ERRADO

**09-** Julgue o próximo item, acerca de elaboração, análise e avaliação de projetos.

Na estrutura matricial balanceada como forma de gestão de um projeto destinado à capacitação de pessoas para o trabalho em coleta seletiva, o gerente de projeto não é detentor de autoridade total sobre a equipe, sobre os recursos envolvidos nem sobre o orçamento do projeto.

CERTO       ERRADO

**10-** Julgue o próximo item, acerca de elaboração, análise e avaliação de projetos.

O método do caminho crítico, utilizado na elaboração do cronograma de projetos, consiste em uma sequência de atividades que descreve o caminho mais longo de um projeto e que determina a menor duração possível desse projeto.

CERTO       ERRADO

**11-** A respeito de técnicas e processos de gestão de pessoas e sua aplicação na administração pública, julgue o item que se segue.

O desenvolvimento organizacional se insere no escopo da gestão de pessoas no setor público e considera exclusivamente os desafios internos e imediatos da organização para compreender os processos e, assim, aprimorar o seu desempenho em curto prazo.

CERTO       ERRADO

**12-** A respeito de técnicas e processos de gestão de pessoas e sua aplicação na administração pública, julgue o item que se segue.

Cabem aos processos de desenvolvimento de pessoas a manutenção de banco de talentos, a promoção de educação continuada e a identificação de necessidades de treinamento.

CERTO       ERRADO

**13-** A respeito de técnicas e processos de gestão de pessoas e sua aplicação na administração pública, julgue o item que se segue.

Desenhar carreiras, acompanhar transferências e planejar sucessões são atividades inseridas no escopo da gestão de pessoas na administração pública.

CERTO       ERRADO

**14-** A respeito de técnicas e processos de gestão de pessoas e sua aplicação na administração pública, julgue o item que se segue.

É tarefa típica da administração de desempenho desenhar e operar sistemas de compensação para colaboradores de uma organização.

CERTO       ERRADO

**15-** A respeito de técnicas e processos de gestão de pessoas e sua aplicação na administração pública, julgue o item que se segue.

A realização de pesquisas e estudos sobre o mercado de trabalho e seus cenários é tarefa tipicamente associada aos processos de atração e retenção de colaboradores.

CERTO       ERRADO

**16-** A respeito de técnicas e processos de gestão de pessoas e sua aplicação na administração pública, julgue o item que se segue.

Nas organizações, a gestão de pessoas é circunscrita aos processos de contratação e desligamento de colaboradores.

CERTO       ERRADO

**17-** No que se refere a análise e descrição de cargos em organizações, julgue o item a seguir.

A descrição de um cargo apresenta de modo simplificado as principais atribuições desse cargo.

CERTO       ERRADO

**18-** No que se refere a análise e descrição de cargos em organizações, julgue o item a seguir.

Embora a análise e a descrição de cargos sejam relacionadas, elas se distinguem quanto ao escopo: a análise de cargos concentra-se no conteúdo dos cargos, enquanto a descrição de cargos visa determinar os requisitos físicos e mentais necessários à ocupação de determinado cargo.

CERTO       ERRADO

**19-** Acerca da gestão de projetos, julgue o item que se segue.

Um projeto deverá ser encerrado caso se torne técnica ou economicamente inviável ou as necessidades que o tiverem motivado deixem de existir.

CERTO       ERRADO

**20-** Acerca da gestão de projetos, julgue o item que se segue.

Os projetos contemporâneos são empreendimentos independentes, feitos com recursos próprios, têm propósito e objetivos específicos, além de duração ilimitada e resultados multifacetados.

CERTO       ERRADO

**21-** Julgue o próximo item, a respeito de recrutamento e seleção de pessoas.

O recrutamento interno tem como vantagens a valorização dos funcionários, o conhecimento prévio do desempenho e do potencial dos funcionários, um menor tempo de adaptação no cargo e a promoção do autodesenvolvimento.

CERTO       ERRADO

**22-** Julgue o próximo item, a respeito de recrutamento e seleção de pessoas.

O processo de recrutamento e seleção de pessoas na gestão estratégica difere do adotado na gestão tradicional de pessoas

CERTO       ERRADO

**23-** A respeito de técnicas e ferramentas gerenciais e sua aplicação à administração pública, julgue o item subsequente.

Em um processo de comunicação organizacional, o transmissor refere-se ao processo ou equipamento utilizado para comunicar a mensagem, enquanto o receptor consiste no processo ou equipamento que capta a mensagem do canal.

CERTO       ERRADO

**24-** Acerca de funções da administração e de planejamento em organizações contemporâneas, julgue o próximo item.

O planejamento de curto prazo que é voltado para a eficiência e que envolve cada tarefa de forma isolada é denominado operacional.

CERTO       ERRADO

**25-** Acerca de funções da administração e de planejamento em organizações contemporâneas, julgue o próximo item.

Cabe ao planejamento tático prever ações de longo prazo que envolvam a organização de forma integral.

CERTO       ERRADO

**26-** Acerca de funções da administração e de planejamento em organizações contemporâneas, julgue o próximo item.

No processo administrativo, cabe à função de controle a comparação entre desempenho efetivo e metas preestabelecidas.

CERTO       ERRADO

**27-** A respeito de análise e descrição de cargos, julgue o seguinte item.

A análise de cargos difere da descrição de cargos na medida em que considera requisitos qualitativos, responsabilidades envolvidas, habilidades e competências mentais para a realização de uma função.

CERTO       ERRADO

**28-** A respeito de desenvolvimento e capacitação de pessoal, julgue o item que se segue.

A evolução tecnológica e as mudanças estruturais nas organizações diminuem a necessidade de mão de obra qualificada.

CERTO       ERRADO

**29-** A respeito de desenvolvimento e capacitação de pessoal, julgue o item que se segue.

O treinamento visa criar ou desenvolver a qualificação profissional para o desempenho eficaz de tarefas bem especificadas e mensuráveis.

CERTO       ERRADO

**30-** A respeito de desenvolvimento e capacitação de pessoal, julgue o item que se segue.

A responsabilidade pelo crescimento e pelo desenvolvimento do funcionário na organização é exclusiva do próprio funcionário.

CERTO       ERRADO

**31-** Julgue o próximo item, relativos a recrutamento e seleção de pessoal.

No caso de recrutamento interno, relacionado com a política de plano de carreira da organização, a vaga ofertada destina-se a funcionário que componha o quadro de pessoal da organização e que atenda aos requisitos do cargo ao qual se destina a vaga.

CERTO       ERRADO

**32-** Julgue o próximo item, relativos a recrutamento e seleção de pessoal.

Seleção é a escolha do candidato que potencialmente melhor atenda às características da vaga divulgada no processo de recrutamento.

CERTO       ERRADO

**33-** A respeito de desenvolvimento e capacitação de pessoal, julgue o item que se segue.

O principal objetivo do processo de treinamento e desenvolvimento de pessoal é preparar e desenvolver talentos para a organização, não apenas quanto a habilidades técnicas, mas também quanto a competências comportamentais.

CERTO       ERRADO

**34-** Julgue o próximo item, relativos a recrutamento e seleção de pessoal.

Brain teaser é uma técnica moderna de seleção de pessoas que testa a criatividade e a capacidade do candidato em encontrar uma solução rápida para determinado problema.

CERTO       ERRADO

**35-** A respeito de desenvolvimento e capacitação de pessoal, julgue o item que se segue.

O desenvolvimento é orientado para o cargo, enquanto o treinamento é voltado para o indivíduo.

CERTO       ERRADO

**36-** Julgue o próximo item, relativos a recrutamento e seleção de pessoal.

Recrutamento consiste nos procedimentos de divulgação interna ou externa de vagas para atrair o maior número possível de interessados em ocupar as vagas disponíveis.

CERTO       ERRADO

**37-** Julgue o próximo item, relativos a recrutamento e seleção de pessoal.

Independentemente do ramo de negócio, o recrutamento externo tem baixo custo e contribui para reduzir a taxa de flutuação de pessoal na organização.

CERTO       ERRADO

**38-** Julgue o próximo item, relativos a recrutamento e seleção de pessoal.

Existem três tipos de recrutamento: o interno, o externo e o misto.

CERTO       ERRADO

**39-** Julgue o próximo item, relativos a recrutamento e seleção de pessoal.

É mais assertiva a seleção de candidato cuja formação profissional seja compatível com o cargo a que se destina a vaga ofertada que de candidato fora dessas condições.

CERTO       ERRADO

**40-** Acerca de administração de cargos, carreiras e salários, julgue o item a seguir.

Cargo é a ocupação oficial do empregado, enquanto função é a atribuição específica ou o conjunto de atribuições do empregado.

CERTO       ERRADO

## DIREITO CIVIL

**01-** Julgue o item que se seguem, a respeito da disciplina jurídica dos contratos no direito civil.

No direito civil, há exceções ao princípio da relatividade dos efeitos contratuais, como, por exemplo, nos institutos da estipulação em favor de terceiro e do contrato com pessoa a declarar.

CERTO       ERRADO

**02-** No que concerne à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, à pessoa natural, aos direitos da personalidade e à desconsideração de pessoa jurídica, julgue o item a seguir.

Na hipótese de dois cônjuges, com idades diferentes, terem falecido na mesma ocasião e não ser possível identificar com precisão quem faleceu primeiro, deve-se presumir que a morte do comoriente mais velho precedeu a do mais novo.

CERTO       ERRADO

**03-** De acordo com o Código Civil, julgue o próximo item, acerca de classes de bens, associações, fundações, prova do fato jurídico e atos jurídicos.

**Situação hipotética:** No exercício de determinado direito de natureza civil, um indivíduo agiu de forma abusiva, excedendo os limites impostos pela finalidade econômica e social do referido direito e causando dano a terceiro. **Assertiva:** Nesse caso, a caracterização da responsabilidade desse indivíduo independe da comprovação de culpa.

CERTO       ERRADO

**04-** Por necessidade de salvar pessoa de sua família de grave dano iminente, Celso assumiu obrigação excessivamente onerosa com determinada sociedade empresária. Posteriormente, ajuizou ação judicial requerendo a anulação do negócio jurídico por vício de consentimento.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

A anulação do referido negócio jurídico depende da demonstração de que a sociedade empresária tinha conhecimento da situação de grave risco vivenciada pelo familiar de Celso.

CERTO       ERRADO

**05-** De acordo com o Código Civil, julgue o próximo item, acerca de classes de bens, associações, fundações, prova do fato jurídico e atos jurídicos.

A modificação de regra prevista em estatuto de fundação privada deve ser aprovada pela maioria absoluta das pessoas responsáveis pela gerência da fundação e somente produzirá efeitos após decisão homologatória do Poder Judiciário.

CERTO       ERRADO

**06-** No que concerne à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, à pessoa natural, aos direitos da personalidade e à desconsideração de pessoa jurídica, julgue o item a seguir.

Embora o direito à honra seja personalíssimo, o direito de exigir sua reparação econômica, no caso de dano moral, se transmite aos sucessores do ofendido, caso este tenha falecido.

CERTO       ERRADO

**07-** No que concerne à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, à pessoa natural, aos direitos da personalidade e à desconsideração de pessoa jurídica, julgue o item a seguir..

**Situação hipotética:** Renata, casada com Carlos, ajuizou ação de divórcio litigioso com partilha de bens. Na instrução do processo, ela demonstrou que bens pessoais de seu cônjuge haviam sido indevidamente ocultados no patrimônio de pessoa jurídica da qual Carlos era sócio-administrador.

**Assertiva:** Nesse caso, o ordenamento jurídico brasileiro permite que seja utilizado o instituto da desconsideração inversa da personalidade jurídica para atingir os bens ocultados.

CERTO       ERRADO

**08-** No que concerne à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, à pessoa natural, aos direitos da personalidade e à desconsideração de pessoa jurídica, julgue o item a seguir.

Em se tratando de indivíduo de nacionalidade estrangeira domiciliado no Brasil, as regras sobre o começo e o fim da sua personalidade, seu nome, sua capacidade civil e seus direitos de família são aquelas da legislação vigente no seu país de origem.

CERTO       ERRADO

**09-** Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e em suas alterações, julgue o item a seguir.

É vedado ao juiz nomear, de ofício, curador a pessoa com deficiência em situação de curatela.

CERTO       ERRADO

**10-** Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e em suas alterações, julgue o item a seguir.

É vedado ao juiz nomear, de ofício, curador a pessoa com deficiência em situação de curatela.

CERTO       ERRADO

**11-** Tendo como referência as disposições do Código Civil a respeito de sucessão provisória, perdas e danos e venda com reserva de domínio, julgue o item subsecutivo.

Cláusula de reserva de domínio em contrato de compra e venda só terá validade contra terceiros se estiver estabelecida por escrito e registrada no domicílio do comprador.

CERTO       ERRADO

**12-** Tendo como referência as disposições do Código Civil a respeito de sucessão provisória, perdas e danos e venda com reserva de domínio, julgue o item subsecutivo.

Na sucessão provisória, o ascendente, mesmo depois de provada a sua qualidade de herdeiro, deverá dar garantia mediante penhor ou hipoteca para imitir-se na posse do bem do ausente.

CERTO       ERRADO

**13-** De acordo com as disposições do Código Civil e com a jurisprudência do STJ acerca da responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

A responsabilidade civil do dono de animal é objetiva, admitindo-se a excludente do fato exclusivo de terceiro.

CERTO       ERRADO

**14-** De acordo com as disposições do Código Civil e com a jurisprudência do STJ acerca da responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

As concessionárias de rodovias respondem civilmente por roubos e sequestros ocorridos nas dependências de estabelecimento de suporte mantido para utilização de usuários dessas rodovias.

CERTO       ERRADO

**15-** De acordo com as disposições do Código Civil e com a jurisprudência do STJ acerca da responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

Dano extrapatrimonial coletivo dispensa a comprovação da dor, do sofrimento e de abalo psicológico, elementos que são suscetíveis para serem apreciados na esfera do indivíduo, contudo não aplicáveis aos interesses difusos e coletivos.

CERTO       ERRADO

**16-** Considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item a seguir.

Diante de omissão legal, o juiz decidirá de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito, visando atender aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.

CERTO       ERRADO

**17-** Considerando as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue o item a seguir.

Salvo expressa disposição em contrário, a lei entrará em vigor no primeiro dia útil após a sua publicação no Diário Oficial da União.

CERTO       ERRADO

**18-** No item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de direitos reais de garantia e da responsabilidade civil.

Atendendo a um pedido de seu amigo Flávio, Gustavo lhe deu carona no percurso compreendido entre o local de trabalho e a faculdade onde ambos estudavam. Em determinado momento do

percurso, Gustavo reduziu a velocidade do veículo por ter avistado um transeunte em uma faixa de pedestres, recebendo uma colisão violenta do carro que estava atrás com o seu veículo. Em decorrência desse acidente, Flávio ficou paraplégico. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STJ, Gustavo poderá ser responsabilizado civilmente pelos danos materiais e morais suportados por Flávio.

CERTO       ERRADO

**19-** Acerca de responsabilidade civil, de negócio jurídico e de transmissão e extinção de obrigações, julgue o item seguinte.

Em contratos de fiança, a declaração de vontade do fiador pode ser expressa ou presumida.

CERTO       ERRADO

**20-** Acerca de responsabilidade civil, de negócio jurídico e de transmissão e extinção de obrigações, julgue o item seguinte.

Tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas podem sofrer danos morais.

CERTO       ERRADO

**21-** Com base nas disposições do Código Civil acerca de contratos, julgue o item subsequente.

Se, na execução do contrato, uma das partes houver realizado elevado investimento em razão da natureza do contrato, o distrato unilateral, exercido pela outra parte, produzirá efeitos somente após o decurso de período condizente com a importância investida.

CERTO       ERRADO

**22-** Com base nas disposições do Código Civil acerca de contratos, julgue o item subsequente.

Em contratos de compra e venda, até o momento da tradição, os riscos relacionados à coisa ficam por conta do vendedor, enquanto os riscos referentes ao preço competem ao comprador.

CERTO       ERRADO

**23-** Com base nas disposições do Código Civil acerca de contratos, julgue o item subsequente.

Em qualquer hipótese, a doação verbal não é válida quando o objeto for bem móvel.

CERTO       ERRADO

**24-** Com base nas disposições do Código Civil acerca de contratos, julgue o item subsequente.

O vendedor de coisa imóvel poderá inserir cláusula de retrovenda no contrato de compra e venda, para reservar a si o direito de recobrar a coisa em até cinco anos, bastando para a consumação da retrovenda a restituição do valor recebido.

CERTO       ERRADO

**25-** Ronaldo, ocultando sua verdadeira intenção, celebrou com Fernando um negócio jurídico, que se concretizaria somente quando Fernando contraísse matrimônio.

Considerando essa situação hipotética e as regras de direito civil, julgue o item seguinte.

A situação ilustra hipótese de condição resolutiva, pois a eficácia do negócio jurídico em questão depende da celebração de matrimônio por Fernando.

CERTO       ERRADO

**26-** Considerando essa situação hipotética e as regras de direito civil, julgue o item seguinte.

Como Fernando não teve conhecimento da reserva mental de Ronaldo, o ato, a princípio, subsiste e produz efeitos.

CERTO       ERRADO

**27-** Com base nas disposições do Código Civil acerca de contratos, julgue o item subsequente.

Na hipótese de defeito oculto de coisa recebida em decorrência de contrato comutativo, caso o alienante não tenha conhecimento do referido vício, ele deverá restituir o valor recebido do contrato, acrescido de indenização por perdas e danos.

CERTO       ERRADO

**28-** Considerando essa situação hipotética e as regras de direito civil, julgue o item seguinte.

Se o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito, o negócio jurídico será nulo e, portanto, ficará insuscetível de convalidação pelo decurso do tempo.

CERTO       ERRADO

**29-** Três pessoas de uma mesma família registraram, no órgão competente, a intenção de doarem, após a morte, seus corpos para manipulação em aulas universitárias de anatomia. A intenção deles decorre do fato de terem ciência de que as instituições são carentes desse tipo de recurso.

A respeito dessa situação hipotética e considerando o disposto no artigo 14 do Código Civil — Lei n.º 10.406/2002 —, julgue o item a seguir.

Caso o objetivo da disposição do próprio corpo fosse auferir vantagem financeira em vida, o ato seria considerado inválido.

CERTO       ERRADO

**30-** A respeito dessa situação hipotética e considerando o disposto no artigo 14 do Código Civil — Lei n.º 10.406/2002 —, julgue o item a seguir.

Com objetivo científico, é válida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

CERTO       ERRADO

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**01-** Acerca dos sujeitos do processo, julgue o item seguinte.

Não há qualquer empecilho ao exercício das funções jurisdicionais caso componha o processo instituição de ensino para a qual o juiz preste serviços.

CERTO       ERRADO

**02-** Acerca dos sujeitos do processo, julgue o item seguinte.

O advogado não poderá renunciar ao mandato, uma vez que a sua revogação pode ocorrer somente por vontade da parte.

CERTO       ERRADO

**03-** Acerca dos sujeitos do processo, julgue o item seguinte.

O autor, o réu ou o interveniente que litigarem de má-fé responderão por perdas e danos causados à parte prejudicada.

CERTO       ERRADO

**04-** Rodrigo deixou de cumprir sua parte em obrigação de fazer firmada com Vinícius. Para assegurar seu direito, Vinícius ajuizou ação em desfavor de Rodrigo.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Se o advogado de Vinícius falecer, o juiz deverá suspender o processo e determinar que a parte constitua novo mandatário no prazo de quinze dias.

CERTO       ERRADO

**05-** Acerca dos sujeitos do processo, julgue o item seguinte.

Se os interesses do incapaz colidirem com aqueles do seu representante legal, o juiz nomeará um curador especial.

CERTO       ERRADO

**06-** Considerando essa situação hipotética, julgue o item subsequente.

Ainda que beneficiário da gratuidade de justiça, Rodrigo não se exime da responsabilidade referente às despesas processuais e aos honorários advocatícios decorrentes da sucumbência.

CERTO       ERRADO

**07-** Ainda no que diz respeito à Defensoria Pública, julgue o item subsequente.

Em processo judicial cível no âmbito do DF cuja parte autora seja patrocinada por advogado particular e cuja parte ré seja assistida por defensor público da DPDF, somente este defensor terá a prerrogativa de ser intimado pessoalmente.

CERTO       ERRADO

**08-** Ainda no que diz respeito à Defensoria Pública, julgue o item subsequente.

Em caso de recurso em processo judicial em que uma das partes seja advogado dativo atuando em causa patrocinada pelo Estado na modalidade de assistência judiciária, o defensor dativo terá o prazo contado em dobro para recorrer.

CERTO       ERRADO

**09-** Acerca do direito coletivo, julgue o item a seguir.

Entende o STJ que, no âmbito do direito privado, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento de execução individual em pedido de cumprimento de sentença proferida em ação civil pública, contado esse prazo a partir do trânsito em julgado da sentença exequenda.

CERTO       ERRADO

**10-** Acerca do direito coletivo, julgue o item a seguir.

Pacificou-se na doutrina o entendimento de que, com a ampliação da legitimidade para a propositura de ação civil pública, as Defensorias Públicas passaram a ter a atribuição de instaurar inquéritos civis destinados a coligir provas e quaisquer outros elementos de convicção aptos a fundamentar o ajuizamento de ação civil pública.

CERTO       ERRADO

**11-** Acerca do direito coletivo, julgue o item a seguir.

Conforme previsão legal, é competente para a propositura de ação civil pública o foro do local do dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

CERTO       ERRADO

**12-** Julgue o próximo item, relativo à prevenção, conexão, continência e litispendência no processo coletivo.

Entende o STJ que, ajuizada ação coletiva atinente a uma macrolide geradora de processos multitudinários, é possível a suspensão, pelo magistrado, de ação individual existente sobre a mesma matéria discutida no feito coletivo, de ofício e independentemente do consentimento do autor da respectiva lide individual, a fim de aguardar o julgamento da ação coletiva.

CERTO       ERRADO

**13-** Acerca de legitimidade em demandas coletivas, julgue o item subsequente.

Segundo o STJ, o magistrado que concluir pela falta de legitimidade ativa coletiva do autor proponente da demanda deve extinguir o feito sem exame do mérito e encaminhar as peças do processo ao Ministério Público e à Defensoria Pública, para que tomem ciência e, caso queiram, promovam a demanda coletiva.

CERTO       ERRADO

**14-** Acerca de legitimidade em demandas coletivas, julgue o item subsequente.

A apuração da legitimidade ativa das associações e dos sindicatos como substitutos processuais em ações coletivas passa pelo exame da pertinência temática entre os fins sociais da entidade e o mérito da ação proposta.

CERTO       ERRADO

**15-** Acerca de legitimidade em demandas coletivas, julgue o item subsequente.

Parte da doutrina entende que a natureza jurídica da legitimidade ativa para a tutela coletiva é de legitimação autônoma para a condução do processo, categoria que se confunde com a legitimação extraordinária.

CERTO       ERRADO

**16-** Acerca de legitimidade em demandas coletivas, julgue o item subsequente.

O Ministério Público detém legitimidade ativa *ad causam* para propor ação civil pública que vise anular termo de acordo de regime especial (TARE) firmado entre ente federativo e determinados contribuintes.

CERTO       ERRADO

**17-** Acerca de legitimidade em demandas coletivas, julgue o item subsequente.

Tanto a vítima do dano quanto seus sucessores detêm legitimidade para promover liquidação e execução de sentença condenatória coletiva proferida em ação coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos.

CERTO       ERRADO

**18-** Acerca do direito coletivo, julgue o item a seguir.

Os interesses difusos, coletivos *strictu sensu* e individuais homogêneos possuem como característica comum a indivisibilidade do objeto.

CERTO       ERRADO

**19-** Julgue o próximo item, acerca de direitos do consumidor e da defesa do consumidor em juízo, segundo a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

**Situação hipotética:** Associação de defesa dos consumidores em determinado estado da Federação promoveu demanda coletiva discutindo a ilegalidade da cobrança de taxa de conveniência por fornecedor que oferecia a venda pela Internet de ingressos para apresentação de renomado artista. **Assertiva:** Nesse caso, segundo entendimento do STJ, os efeitos e a eficácia da sentença

coletiva restringem-se aos limites do território da competência do órgão julgante, considerando-se sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo.

CERTO       ERRADO

**20-** Julgue o próximo item, acerca de direitos do consumidor e da defesa do consumidor em juízo, segundo a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

Consoante entendimento do STJ, nas demandas coletivas de consumo, o dano moral coletivo não se caracteriza como categoria autônoma de dano, pois está relacionado à integridade psicofísica da coletividade e se identifica com os atributos da pessoa humana (dor, sofrimento ou abalo psíquico).

CERTO       ERRADO

**21-** Julgue o próximo item, acerca de direitos do consumidor e da defesa do consumidor em juízo, segundo a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

Conforme entendimento do STF, a legitimidade para propositura de ação civil pública que tutele direitos difusos restringe-se ao Ministério Público.

CERTO       ERRADO

**22-** Julgue o próximo item, relativo à prevenção, conexão, continência e litispendência no processo coletivo.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, não se vislumbra a ocorrência de litispendência entre uma demanda coletiva que busque a tutela de um direito coletivo *strictu sensu* e uma demanda individual.

CERTO       ERRADO

**23-** Julgue o próximo item, relativo à prevenção, conexão, continência e litispendência no processo coletivo.

**Situação hipotética:** A Defensoria Pública do Distrito Federal e a Defensoria Pública da União ajuizaram ações civis públicas em situação de continência entre si. **Assertiva:** Nesse caso, em razão da autonomia dos legitimados coletivos, as referidas demandas deverão tramitar separadamente: a primeira, na justiça do Distrito Federal, e a segunda, na justiça federal.

CERTO       ERRADO

**24-** Julgue o próximo item, relativo à prevenção, conexão, continência e litispendência no processo coletivo.

Nas ações civis públicas, o despacho inicial de citação prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

CERTO       ERRADO

**25-** Julgue o próximo item, acerca de direitos do consumidor e da defesa do consumidor em juízo, segundo a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

Defensoria Pública estadual ou a distrital não têm legitimidade para ajuizar demanda que tutele direitos coletivos quando, apesar da existência de circunstâncias de fato comuns, os interesses e supostos prejuízos forem heterogêneos e disponíveis para os possíveis beneficiários da demanda coletiva.

CERTO       ERRADO

**26-** Julgue o próximo item, acerca de direitos do consumidor e da defesa do consumidor em juízo, segundo a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores.

O PROCON tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de direitos individuais homogêneos, com clara repercussão social, em matéria de direito do consumidor, inclusive podendo postular reparação por dano moral coletivo.

CERTO       ERRADO

**23-** Acerca do pedido, da tutela provisória, da citação, da suspeição e dos recursos, julgue o item que se segue.

Ao reformar sentença que reconheceu a prescrição, o tribunal deve determinar a devolução do processo ao juízo de primeiro grau, para julgamento e instrução, se for o caso.

CERTO       ERRADO

**28-** Acerca do pedido, da tutela provisória, da citação, da suspeição e dos recursos, julgue o item que se segue.

**Situação hipotética:** Em sede de liquidação de sentença, a parte impugnou decisão judicial que incluiu na condenação juros de mora e correção monetária, sob o fundamento de configurar julgamento *extra petita*. **Assertiva:** Nesse caso, a parte agiu erroneamente, porque a fixação de juros de mora e correção monetária constitui pedido implícito.

CERTO       ERRADO

**29-** A respeito da função jurisdicional, dos sujeitos do processo, dos atos processuais e da preclusão, julgue o item seguinte.

Contraria o ordenamento jurídico o juiz que negar a defensor público o fornecimento de certidão do dispositivo de sentença proferida em processo tramitado em segredo de justiça, sob o fundamento de ausência de interesse jurídico.

CERTO       ERRADO

**30-** A respeito da função jurisdicional, dos sujeitos do processo, dos atos processuais e da preclusão, julgue o item seguinte.

Ocorrerá a preclusão lógica do recurso para a parte que aceitar, ainda que tacitamente, sentença que lhe foi desfavorável.

CERTO       ERRADO

## DIREITO PENAL

**01-** Hugo é investigado pela prática de lesão corporal seguida de morte contra Márcia, crime esse cometido em Manaus. A autoridade policial realizou interceptação telefônica e tomou conhecimento de que Hugo havia confessado ser o autor do crime ao irmão da vítima, Miguel.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base no que dispõe a legislação de regência.

Por se tratar de crime de lesão corporal seguida de morte, não se admite o emprego de interceptação telefônica nas investigações.

CERTO       ERRADO

**02-** Pedro, com vinte e dois anos de idade, e Paulo, com vinte anos de idade, foram denunciados pela prática de furto contra Ana. A defesa de Pedro alegou inimputabilidade. Paulo confessou o crime, tendo afirmado que escolhera a vítima porque, além de idosa, ela era sua tia.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item subsecutivo, a respeito de imputabilidade penal, crimes contra o patrimônio, punibilidade e causas de extinção e aplicação de pena.

Na dosimetria da pena, Pedro e Paulo farão jus a circunstância atenuante.

CERTO       ERRADO

**03-** Lúcio é investigado pela prática de latrocínio. Durante a investigação, apurou-se a participação de Carlos no crime, tendo sido decretada de ofício a sua prisão temporária.

A partir dessa situação hipotética e do que dispõe a legislação, julgue o item seguinte.

É ilegal a prisão temporária de Carlos, porque, apesar de o crime de latrocínio admiti-la, não poderia ter sido decretada de ofício pelo juiz.

CERTO       ERRADO

**04-** Julgue o próximo item, relativos a pena, sua aplicação e a medidas de segurança.

No concurso formal, caso o agente tenha praticado dois crimes mediante uma ação dolosa, devem-se aplicar cumulativamente as penas se os crimes concorrentes resultarem de desígnios autônomos.

CERTO       ERRADO

**05-** Julgue o próximo item, relativos a pena, sua aplicação e a medidas de segurança.

É possível submeter o agente inimputável a tratamento ambulatorial se o ato criminoso por ele praticado for punível com pena de detenção.

CERTO       ERRADO

**06-** Julgue o próximo item, relativos a pena, sua aplicação e a medidas de segurança.

Condenado a pena de quatro anos de reclusão que não seja reincidente deverá cumpri-la, desde o início, no regime semiaberto.

CERTO       ERRADO

**07-** Com relação aos delitos tipificados na parte especial do Código Penal, julgue o item subsecutivo.

Segundo o STJ, a previsão legal do crime de desacato a funcionário público no exercício da função não viola o direito à liberdade de expressão e de pensamento previstos no Pacto de São José da Costa Rica.

CERTO       ERRADO

**08-** Acerca da ação penal, das causas extintivas da punibilidade e da prescrição, julgue o seguinte item.

A concessão do perdão judicial nos casos previstos em lei é causa extintiva da punibilidade do crime, não subsistindo qualquer efeito condenatório, salvo para fins de reincidência.

CERTO       ERRADO

**09-** Com relação aos delitos tipificados na parte especial do Código Penal, julgue o item subsecutivo.

**Situação hipotética:** Pedro, réu primário, valendo-se da confiança que lhe depositava o seu empregador, subtraiu para si mercadoria de pequeno valor do estabelecimento comercial em que trabalhava. **Assertiva:** Nessa situação, apesar de configurar a prática de furto qualificado pelo abuso de confiança, o juiz poderá reconhecer o privilégio.

CERTO       ERRADO

**10-** Acerca da ação penal, das causas extintivas da punibilidade e da prescrição, julgue o seguinte item.

Nos casos de concurso formal ou de continuidade delitiva, a extinção da punibilidade pela prescrição regula-se pela pena imposta a cada um dos crimes isoladamente, afastando o acréscimo decorrente dos respectivos aumentos de pena.

CERTO       ERRADO

**11-** tipificados na parte especial do Código Penal, julgue o item subsecutivo.

A circunstância do descumprimento de medida protetiva de urgência imposta ao agressor, consistente na proibição de aproximação da vítima, constitui causa de aumento de pena no delito de feminicídio.

CERTO       ERRADO

**12-** Com base no entendimento do STJ, julgue o próximo item, a respeito de aplicação da pena.

A confissão espontânea na delegacia de polícia retratada em juízo deverá ser considerada atenuante da confissão espontânea, ainda que o magistrado não a utilize para fundamentar a condenação do réu.

CERTO       ERRADO

**13-** Com base no entendimento do STJ, julgue o próximo item, a respeito de aplicação da pena.

Condenação anterior por delito de porte de substância entorpecente para consumo próprio não faz incidir a circunstância agravante relativa à reincidência, ainda que não tenham decorrido cinco anos entre a condenação e a infração penal posterior.

CERTO       ERRADO

**14-** Considerando o Código Penal brasileiro, julgue o item a seguir, com relação à aplicação da lei penal, à teoria de delito e ao tratamento conferido ao erro.

Para a teoria limitada da culpabilidade, o erro de agente que recaia sobre pressupostos fáticos de uma causa de justificação configura erro de tipo permissivo.

CERTO       ERRADO

**15-** Considerando o Código Penal brasileiro, julgue o item a seguir, com relação à aplicação da lei penal, à teoria de delito e ao tratamento conferido ao erro.

Em razão da teoria da ubiquidade, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria ter sido produzido o resultado.

CERTO       ERRADO

**16-** Juan González, estrangeiro, enfermeiro, residente havia dois anos em Boa Vista – RR, apresentava-se como médico no Brasil e atendia pacientes gratuitamente em um posto de saúde da rede pública municipal, embora não fosse funcionário público. Seu verdadeiro objetivo com essa prática era retirar medicamentos do local e revendê-los para obter lucro.

Em razão de denúncia anônima a respeito do desvio de medicamentos, Juan, portando caixas de remédios retiradas do local, foi abordado em seu automóvel por policiais logo após ter saído do posto e foi, então, conduzido à delegacia. Para que seu verdadeiro nome não fosse descoberto, Juan identificou-se à autoridade policial como Pedro Rodríguez, buscando, assim, evitar o cumprimento de mandado de prisão expedido por ter sido condenado pelo crime de moeda falsa no Brasil. Questionado sobre a propriedade do veículo no qual se encontrava no momento da abordagem, Juan informou tê-lo comprado de uma pessoa desconhecida, em Boa Vista. Durante a investigação policial, verificou-se que o veículo havia sido furtado por outra pessoa no Brasil e que a placa estava adulterada. Verificou-se, ainda, que a placa identificava um veículo registrado no país de origem de Juan e em seu nome, embora Juan tivesse alegado ter adquirido o veículo já com a referida placa.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Juan não deverá responder pelo crime de peculato, apesar de ter se apropriado de medicamentos da rede pública de saúde.

CERTO       ERRADO

**17-** Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Juan deverá responder por participação no crime de furto do veículo que adquiriu, apesar de o autor do crime ter sido outra pessoa.

CERTO       ERRADO

**18-** À luz das disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue o próximo item.

Em caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro do boletim de ocorrência, a autoridade policial deverá encaminhar, imediatamente, a ofendida ao competente órgão de assistência judiciária.

CERTO       ERRADO

**19-** À luz das disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue o próximo item.

O juiz deve assegurar a manutenção do vínculo trabalhista, por até seis meses, à mulher que, por estar em situação de violência doméstica, necessite se afastar de seu local de trabalho.

CERTO       ERRADO

**20-** À luz das disposições da Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue o próximo item.

Para os efeitos da Lei Maria da Penha, violência física contra a mulher é entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal da mulher.

CERTO       ERRADO

**21-** João, valendo-se da sua condição de servidor público de determinado estado, livre e conscientemente, apropriou-se de bens que tinham sido apreendidos pela entidade pública onde ele trabalha e que estavam sob sua posse em razão de seu cargo. João chegou a presentear diversos parentes com alguns dos referidos produtos. Após a apuração dos fatos, João devolveu os referidos bens, mas, ainda assim, foi denunciado pela prática de peculato-apropriação, crime para o qual é prevista pena privativa de liberdade, de dois anos a doze anos de reclusão, e multa.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo, considerando a disciplina acerca dos crimes contra a administração pública.

De acordo com o entendimento do STJ, se João for réu primário e o prejuízo ao erário causado por ele tiver sido de pequena monta, será possível a aplicação do princípio da insignificância.

CERTO       ERRADO

**22-** A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo, considerando a disciplina acerca dos crimes contra a administração pública.

A devolução dos bens apropriados indevidamente por João antes do recebimento da denúncia é hipótese de eficiente reparação do dano, o que deverá ser considerado como causa de extinção da punibilidade do crime de peculato-apropriação.

CERTO       ERRADO

**23-** A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo, considerando a disciplina acerca dos crimes contra a administração pública.

Caso João seja condenado criminalmente, a decretação da perda do seu cargo público, por ser efeito específico da condenação, deve ser motivadamente declarada em sentença.

CERTO       ERRADO

**24-** A respeito de ação penal, espécies e cominação de penas, julgue o item a seguir.

A reincidência em qualquer crime na modalidade dolosa impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

CERTO       ERRADO

**25-** Com relação ao tempo e ao lugar do crime e à aplicação da lei penal no tempo, julgue o item seguinte.

A superveniência de lei penal mais gravosa que a anterior não impede que a nova lei se aplique aos crimes continuados ou ao crime permanente, caso o início da vigência da referida lei seja anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

CERTO       ERRADO

**26-** A respeito de ação penal, espécies e cominação de penas, julgue o item a seguir.

Inquéritos policiais e ações penais em curso podem servir para agravar a pena-base do condenado a título de maus antecedentes e de personalidade desajustada ou voltada para a criminalidade.

CERTO       ERRADO

**27-** Com relação ao tempo e ao lugar do crime e à aplicação da lei penal no tempo, julgue o item seguinte.

O Código Penal adota a teoria da atividade, segundo a qual o delito deverá ser considerado praticado no momento da ação ou da omissão e o local do crime deverá ser aquele onde tenha ocorrido a ação ou a omissão.

CERTO       ERRADO

**28-** O art. 1.º do Código Penal brasileiro dispõe que “não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal”.

Considerando esse dispositivo legal, bem como os princípios e as repercussões jurídicas dele decorrentes, julgue o item que se segue.

O presidente da República, em caso de extrema relevância e urgência, pode editar medida provisória para agravar a pena de determinado crime, desde que a aplicação da pena agravada ocorra somente após a aprovação da medida pelo Congresso Nacional.

CERTO       ERRADO

**29-** Considerando esse dispositivo legal, bem como os princípios e as repercussões jurídicas dele decorrentes, julgue o item que se segue.

A norma penal deve ser instituída por lei em sentido estrito, razão por que é proibida, em caráter absoluto, a analogia no direito penal, seja para criar tipo penal incriminador, seja para fundamentar ou alterar a pena.

CERTO       ERRADO

**30-** Em uma rodovia federal, próxima à fronteira do Brasil com o Paraguai, um caminhão foi parado e vistoriado por policiais rodoviários federais. Além do motorista e de um passageiro, o veículo transportava, ilegalmente, grande quantidade de mercadoria lícita de procedência estrangeira, mas sem o pagamento dos devidos impostos de importação. O motorista, penalmente imputável e proprietário do caminhão, admitiu a propriedade dos produtos. O passageiro, que se identificou como servidor público alfandegário lotado no posto de fiscalização fronteiriço pelo qual o veículo havia passado para adentrar no território nacional, alegou desconhecer a existência dos produtos no caminhão e que apenas pegou carona com o motorista.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

A conduta do motorista configura crime de descaminho em sua forma consumada, ainda que não tenha havido constituição definitiva do crédito tributário e a ocorrência de efetivo prejuízo ao erário.

CERTO       ERRADO

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**01-** Hugo é investigado pela prática de lesão corporal seguida de morte contra Márcia, crime esse cometido em Manaus. A autoridade policial realizou interceptação telefônica e tomou conhecimento de que Hugo havia confessado ser o autor do crime ao irmão da vítima, Miguel.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, com base no que dispõe a legislação de regência.

A competência para processar e julgar Hugo, se este figurar como réu, será do tribunal do júri da comarca de Manaus.

CERTO       ERRADO

**02-** Julgue o próximo item, relativos a citação, intimação, nulidade, interceptação telefônica e prazos processuais.

Em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, a citação nula não se convalida se o réu comparecer espontaneamente em juízo antes de o ato consumir-se.

CERTO       ERRADO

**03-** Julgue o próximo item, relativos a citação, intimação, nulidade, interceptação telefônica e prazos processuais.

No processo penal, os prazos são contados, em regra, da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado.

CERTO       ERRADO

**04-** Julgue o próximo item, relativos a citação, intimação, nulidade, interceptação telefônica e prazos processuais.

Não havendo autorização do juízo competente, a interceptação de comunicações telefônicas será prova ilícita.

CERTO       ERRADO

**05-** Julgue o próximo item, relativos a citação, intimação, nulidade, interceptação telefônica e prazos processuais.

A intimação de defensor nomeado por juiz deve ser feita pessoalmente.

CERTO       ERRADO

**06-** Lúcio é investigado pela prática de latrocínio. Durante a investigação, apurou-se a participação de Carlos no crime, tendo sido decretada de ofício a sua prisão temporária.

A partir dessa situação hipotética e do que dispõe a legislação, julgue o item seguinte.

Recebida a denúncia, não será mais cabível prisão temporária para Lúcio e Carlos.

CERTO       ERRADO

**07-** Lúcio é investigado pela prática de latrocínio. Durante a investigação, apurou-se a participação de Carlos no crime, tendo sido decretada de ofício a sua prisão temporária.

A partir dessa situação hipotética e do que dispõe a legislação, julgue o item seguinte.

Como Lúcio está solto, o inquérito policial não terá prazo para ser concluído.

CERTO       ERRADO

**08-** Lúcio é investigado pela prática de latrocínio. Durante a investigação, apurou-se a participação de Carlos no crime, tendo sido decretada de ofício a sua prisão temporária.

A partir dessa situação hipotética e do que dispõe a legislação, julgue o item seguinte.

Se constatado que a participação de Carlos no crime foi de menor importância, será cabível a proposta de suspensão condicional do processo em favor dele

CERTO       ERRADO

**09-** A respeito de ação penal e do disposto na Lei de Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n.º 9.099/1995), julgue o item seguinte.

O inquérito policial é dispensável para a promoção da ação penal desde que a denúncia esteja minimamente consubstanciada nos elementos exigidos em lei.

CERTO       ERRADO

**10-** Acerca de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue o item subsecutivo.

É vedada a concessão de liberdade provisória a autor de crime inafiançável.

CERTO       ERRADO

**11-** Acerca de prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, julgue o item subsecutivo.

A prisão em flagrante do autor de crime de ação penal pública condicionada à representação substitui a necessidade de manifestação do ofendido para instauração de inquérito policial.

CERTO       ERRADO

**12-** A respeito de ação penal e do disposto na Lei de Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n.º 9.099/1995), julgue o item seguinte.

Conforme o rito da Lei de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, não sendo o denunciado encontrado para citação pessoal ou por mandado, os autos devem ser remetidos ao juízo comum, que procederá à citação por edital.

CERTO       ERRADO

**13-** Jaime foi preso em flagrante por ter furtado uma bicicleta havia dois meses. Conduzido à delegacia, Jaime, em depoimento ao delegado, no auto de prisão em flagrante, confessou que era o autor do furto. Na audiência de custódia, o Ministério Público requereu a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, sob o argumento da gravidade abstrata do delito praticado. No entanto, após ouvir a defesa, o juiz relaxou a prisão em flagrante, com fundamento de que não estava presente o requisito legal da atualidade do flagrante, em razão do lapso temporal de dois meses entre a consumação do crime e a prisão do autor. Dias depois, em nova diligência no inquérito policial instaurado pelo delegado para apurar o caso, Jaime, já em liberdade, retratou-se da confissão, alegando que havia pegado a bicicleta de Abel como forma de pagamento de uma dívida. Ao ser ouvido, Abel confirmou a narrativa de Jaime e afirmou, ainda, que registrou boletim de ocorrência do furto da bicicleta em retaliação à conduta de Jaime, seu credor. Por fim, o juiz competente arquivou o inquérito policial a requerimento de membro do Ministério Público, por atipicidade material da conduta, sob o fundamento de ter havido entendimento mútuo e pacífico entre Jaime e Abel acerca da questão, nos termos do relatório final produzido pelo delegado.

A respeito da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

O relaxamento da prisão em flagrante de Jaime implica, por derivação, a ilicitude das provas produzidas diretamente em decorrência do flagrante.

CERTO       ERRADO

14- A respeito da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

Na hipótese de decretação de prisão preventiva de Jaime, não bastaria que o juiz fundamentasse a decisão apenas na gravidade abstrata do delito, sendo imprescindível também a demonstração de insuficiência da aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

CERTO       ERRADO

15- A respeito da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

Caso Jaime seja indígena, a competência para processá-lo e julgá-lo é da justiça comum federal.

CERTO       ERRADO

16- A respeito da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

A decisão de arquivamento do inquérito por atipicidade impede que Jaime seja denunciado posteriormente pela mesma conduta, ainda que sobrevenham novos elementos de informação.

CERTO       ERRADO

17- A respeito da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

O delegado de polícia não poderia deixar de lavrar o auto de prisão em flagrante de Jaime, mesmo que tivesse observado a ausência da atualidade do flagrante, nem caberia a ele sugerir o arquivamento do inquérito em relatório final, uma vez que a ação do delegado em sede de investigações policiais é regida pelo princípio do in dubio pro societate e deve fazer prevalecer o interesse público sobre o individual.

CERTO       ERRADO

18- Manoel foi denunciado pela prática de homicídio doloso; o processo seguirá as regras do rito do tribunal do júri.

Considerando a situação hipotética precedente e acerca dos procedimentos relativos a processos da competência do tribunal do júri, julgue o item seguinte.

Na sessão de julgamento pelo plenário do júri, Manoel, estando presente, tem direito de permanecer calado em seu interrogatório; no entanto, nos debates orais, o acusador poderá fazer uso do argumento de que “Quem cala, consente!”.

CERTO       ERRADO

**19-** Manoel foi denunciado pela prática de homicídio doloso; o processo seguirá as regras do rito do tribunal do júri.

Considerando a situação hipotética precedente e acerca dos procedimentos relativos a processos da competência do tribunal do júri, julgue o item seguinte.

Se os jurados reconhecerem que Manoel praticou crime de homicídio culposo, então, nesse caso, haverá o que se denomina desclassificação imprópria: o juiz presidente passa a ser competente para o julgamento.

CERTO       ERRADO

**20-** Valter, preso em flagrante por suposta prática de furto simples, não pagou a fiança arbitrada pela autoridade policial, tendo permanecido preso até a audiência de custódia, realizada na manhã do dia seguinte a sua prisão.

A partir dessa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Segundo o Código de Processo Penal, na audiência de custódia, diante da constatação da desnecessidade de prisão preventiva e da situação de pobreza de Valter, o juiz deverá estabelecer a liberdade provisória desvinculada e sem fiança.

CERTO       ERRADO

**21-** Valter, preso em flagrante por suposta prática de furto simples, não pagou a fiança arbitrada pela autoridade policial, tendo permanecido preso até a audiência de custódia, realizada na manhã do dia seguinte a sua prisão.

A partir dessa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Na audiência de custódia, caso não tenha advogado particular, Valter poderá contar com a assistência de defensor público, que acompanhará o ato na presença do juiz, do promotor de justiça, do secretário de audiência e dos policiais que promoveram a prisão.

CERTO       ERRADO

**22-** A partir dessa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Na audiência de custódia, ao entrevistar Valter, o juiz deverá abster-se de formular perguntas com a finalidade de produzir provas sobre os fatos objeto do auto da prisão em flagrante, mas deverá indagar acerca do tratamento recebido nos locais por onde o autuado passou antes da apresentação à audiência, questionando sobre a ocorrência de tortura e maus tratos.

CERTO       ERRADO

**23-** Manoel foi denunciado pela prática de homicídio doloso; o processo seguirá as regras do rito do tribunal do júri.

Considerando a situação hipotética precedente e acerca dos procedimentos relativos a processos da competência do tribunal do júri, julgue o item seguinte.

Caso o advogado particular de Manoel falte injustificadamente à sessão plenária de julgamento do júri, o juiz nomeará imediatamente defensor público para promover a defesa técnica nessa mesma sessão, sendo, em regra, vedado o seu adiamento nessa hipótese.

CERTO       ERRADO

**24-** Manoel foi denunciado pela prática de homicídio doloso; o processo seguirá as regras do rito do tribunal do júri.

Considerando a situação hipotética precedente e acerca dos procedimentos relativos a processos da competência do tribunal do júri, julgue o item seguinte.

Para eventual julgamento de Manoel pelo plenário do tribunal do júri, o conselho deverá ser formado por número ímpar de juízes e seguir o modelo escabinado, segundo o ordenamento jurídico brasileiro.

CERTO       ERRADO

**25-** Os irmãos José e Luís foram denunciados pela prática de contravenção penal de vias de fato, em situação de violência doméstica, com pena de prisão simples de quinze dias a três meses ou multa, em concurso de agentes, por terem puxado os cabelos da irmã Marieta. Após o recebimento da denúncia e várias tentativas, sem sucesso, de citação pessoal dos réus, o juiz competente os citou por edital, seguindo, assim, as regras do Código de Processo Penal.

Diante dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Caso Luís tenha comparecido pessoalmente, ainda que o órgão acusador tenha pleiteado a sua absolvição, segundo disposição legal, o juiz poderá condená-lo e reconhecer a existência de circunstância agravante pelo fato de a vítima ser sua irmã.

CERTO       ERRADO

**26-** Diante dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Caso tenha comparecido pessoalmente e posteriormente condenado, Luís poderá apelar no prazo de cinco dias, devendo apresentar as razões recursais em oito dias.

CERTO       ERRADO

**27-** Diante dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Em caso de comparecimento pessoal de Luís, o juiz deverá prosseguir com o feito com relação a este réu e manter suspenso, indefinidamente, o processo e o prazo prescricional em relação a José, excepcionando-se a regra de continência por cumulação subjetiva.

CERTO       ERRADO

**28-** O Estado exerce sua pretensão punitiva a partir do ingresso da ação penal, garantindo-se ao acusado o devido e justo processo legal. Acerca do processo penal, julgue o item a seguir.

A sentença proferida em ação de prevenção penal será exclusivamente de absolvição, ainda que aplique especificamente medida de segurança aos inimputáveis que praticarem fato definido como crime ou contravenção penal.

CERTO       ERRADO

**29-** O Estado exerce sua pretensão punitiva a partir do ingresso da ação penal, garantindo-se ao acusado o devido e justo processo legal. Acerca do processo penal, julgue o item a seguir.

Em se tratando de contravenção penal punida com pena de multa, admite-se subsidiariamente, em caso de inércia do Ministério Público, a ação penal sem demanda.

CERTO       ERRADO

30- Diante dessa situação hipotética, julgue o item que se segue.

Após suspender o trâmite processual e o prazo da prescrição, o juiz poderá decretar a prisão preventiva dos irmãos, com fulcro na garantia da aplicação da lei penal, e também deverá antecipar as provas, com base na iminência do perecimento.

CERTO       ERRADO

**GABARITO****PORTUGUÊS**

01: C 02: C 03: C 04: C 05: E 06: C 07: E 08: E 09: E 10: E  
11: C 12: E 13: E 14: C 15: C 16: E 17: C 18: C 19: E 20: E  
21: E 22: C 23: E 24: C 25: C 26: E 27: E 28: C 29: C 30: C

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

01: C 02: E 03: C 04: C 05: C 06: C 07: E 08: E 09: C 10: C  
11: C 12: C 13: E 14: E 15: C 16: E 17: C 18: C 19: C 20: C  
21: E 22: E 23: E 24: C 25: C 26: C 27: E 28: C 29: E 30: C

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

01: E 02: C 03: C 04: C 05: E 06: E 07: C 08: C 09: E 10: E  
11: C 12: E 13: C 14: E 15: E 16: C 17: C 18: E 19: C 20: E  
21: E 22: C 23: E 24: E 25: C 26: E 27: C 28: E 29: C 30: C  
31: E 32: E 33: C 34: C 35: E 36: C 37: C 38: E 39: E 40: C

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

01: C 02: E 03: E 04: C 05: E 06: E 07: E 08: C 09: E 10: E  
11: E 12: E 13: C 14: E 15: C 16: C 17: E 18: C 19: E 20: E  
21: C 22: C 23: E 24: C 25: E 26: E 27: E 28: E 29: E 30: C  
31: E 32: E 33: C 34: C 35: C 36: E 37: C 38: E 39: C 40: E

**ADMINISTRAÇÃO**

01: C 02: E 03: C 04: C 05: E 06: C 07: E 08: E 09: C 10: C  
11: E 12: C 13: C 14: E 15: C 16: E 17: C 18: E 19: C 20: E  
21: C 22: C 23: C 24: C 25: E 26: C 27: C 28: E 29: C 30: E  
31: C 32: C 33: C 34: C 35: E 36: C 37: E 38: C 39: C 40: C

**DIREITO CIVIL**

01: C 02: E 03: C 04: C 05: E 06: C 07: C 08: E 09: E 10: E  
11: C 12: E 13: C 14: E 15: C 16: C 17: E 18: E 19: E 20: C  
21: C 22: C 23: E 24: E 25: E 26: C 27: E 28: C 29: C 30: C

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

01: E 02: E 03: C 04: C 05: C 06: C 07: C 08: E 09: C 10: E  
11: C 12: C 13: E 14: C 15: E 16: C 17: C 18: E 19: E 20: E  
21: E 22: C 23: E 24: E 25: C 26: C 27: E 28: C 29: E 30: C

**DIREITO PENAL**

01: E 02: E 03: C 04: C 05: C 06: E 07: C 08: E 09: E 10: C  
11: C 12: E 13: C 14: C 15: C 16: C 17: E 18: E 19: C 20: C  
21: E 22: E 23: C 24: E 25: C 26: E 27: E 28: E 29: E 30: C

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

01: E 02: E 03: C 04: C 05: C 06: C 07: E 08: E 09: C 10: E  
11: E 12: C 13: C 14: C 15: E 16: C 17: E 18: E 19: C 20: E  
21: E 22: C 23: E 24: E 25: C 26: E 27: E 28: E 29: E 30: E